

FRANCESES EM SÃO PAULO: SÉCULOS XVI-XVIII

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: Em comemoração ao ano da França no Brasil (2009), elaborei um estudo sobre os povoadores da Capitania de São Paulo com sangue francês, antes da vinda da família real ao Brasil (1808). Essa relação foi obtida de documentos originais e de antigos textos publicados. Evidentemente não é um estudo completo. Afinal, não existem livros específicos de registros de entrada de estrangeiros no Brasil Colonial. Muitos desses franceses deixaram grande geração em São Paulo, e se espalharam por outros Estados do Brasil. Famílias estudadas: Bayart, Belinque, Benito, Blanco, Cale, Carrier, Cortão, Fontes, Furquim, Gamim, Gurgel, Jauffret, Joffre, Lamberto, Lescura Banher, Missel, Molem, Novilher, Porrata, Ramos, Rodrigues França, Roux e Santanger de Bitencor.

Abstract: In the celebration of the French year in Brazil (2009), I elaborated a research about the settlers of State of São Paulo Colonial with French blood, before the arrival of the royal family to Brazil (1808). This list was obtained from original documents and old texts published. Of course it is not a complete research. After all, there are no specific books for records of foreigners entrance in Colonial Brazil. Many of these Frenchs left large generation in Sao Paulo, and spread to others States in Brazil. Studied families: Bayart, Belinque, Benito, Blanco, Cale, Carrier, Cortão, Fontes, Furquim, Gamim, Gurgel, Jauffret, Joffre, Lamberto, Lescura Banher, Missel, Molem, Novilher, Porrata, Ramos, Rodrigues França, Roux e Santanger de Bitencor.

Apresentação

O ano de 2009 marca o ano da França no Brasil. Este foi o mote para procurar compreender como se deu a relação entre a França e uma parte do Brasil, no caso o Estado de São Paulo, com sua geografia de antanho, que incluía o Estado do Paraná. O propósito é conhecer os povoadores de São Paulo Colonial com sangue francês, que aqui chegaram antes de 1808, ou seja, precedendo a vinda da família real ao Brasil.

Deve ser ressaltado que muitos apelidos franceses foram aportuguesados, o que obviamente dificulta uma rápida percepção na pesquisa. Um estudo, mais amplo, e certamente não completo, mas que poderia apresentar um quadro mais dilatado só se daria com a leitura de todos os inventários antigos de São Paulo Colonial, dispersos em seus inúmeros arquivos, de livros de vereanças, escrituras, registros paroquiais, sesmarias e cartas de datas de terras, maços de população, cartas patentes concedidas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, confirmações das mesmas em Portugal, habilitações de *genere et moribus*, ao Santo Ofício e às Ordens Militares, relação de moradores da Casa Real, cartas de brasão de armas, bem como de processos do Santo Ofício e outros tipos documentais. Confesso que o fiz apenas parcialmente. E mais, não há registros específicos, ao menos salvaguardados, de controle de entrada de estrangeiros no Brasil. Desta forma, apenas parte dos franceses constará deste estudo. Deve-se lembrar que a região litorânea paulista teve enorme perda documental.

Introdução

Por vezes tem-se, inconscientemente, o imaginário de o francês, no período colonial brasileiro, se confundir com pirata, ou corsário. À busca de uma explicação, deparei com uma antiga referência, aliás bem conhecida, que bem demonstra essa lembrança, que se dá no diálogo primeiro, na fala de Brandônio, escrita ao redor de 1618, quando tratava do Maranhão:

... e agora ultimamente, em nossos dias, o governador que foi deste Estado, Gaspar de Sousa, tendo notícia verdadeira que se fortificavam e apoderavam franceses daquele grande rio por ordem de Sua Magestade no ano de 1615, ordenou uma armada de que foi capitão Jerônimo de Albuquerque, o qual, com felicíssimo sucesso tomou terra onde, em uma batalha que deu aos franceses já fortificados nela com o seu governador Monsieur de Ravardière, os venceu e debelou, lançando fora do rio e do sítio de sua fortificação com morte de muitos, ficando a conquista pelos nossos; que hoje está povoada e fortificada por eles, e metida debaixo do império de Sua Magestade, com sem tirar por este modo aos franceses um porto capacíssimo, que tinham naquele rio para seus comércios e abrigo das naus de corsários que vinham de França, todos os anos, a roubar por esta costa do Brasil.¹

Mais adiante, o mesmo interlocutor, sobre o porto da Paraíba:

¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: Of. Indl. Gráfica, 1930, p. 39.

*Foi por respeito do seu bom porto, no qual costumavam os piratas franceses ir a reparar suas naus, e ainda a carregar de pau do Brasil que comutavam por resgate com o gentio potiguar...*²

E como seria visto o francês em terras brasileiras?

Analogamente ao espírito crítico norte-americano, que denominava **wasp** para o seu grupo dominante, a saber, respectivamente, *white, anglo-saxon* e *protestant*, poderíamos usar para o mesmo grupo do Brasil o acrônimo **bixv**, a saber, *branco, ibérico e cristão-velho*.³ Desta maneira, o francês não se incluiria, de forma plena, no que poderíamos denominar de elite da sociedade brasileira. Vejamos a razão, além do fato de não serem ibéricos.

Vivia-se o período da Inquisição, com suas perseguições a heresias e, entre elas, no âmbito religioso, ao judaísmo, islamismo e protestantismo. Os franceses, por se dividirem entre as religiões católica e protestante, eram olhados com certa desconfiança pelo Tribunal do Santo Ofício, o que poderia influenciar parte da população brasileira. Somado a esse fato, o francês era contumaz inimigo nas possessões portuguesas e espanholas na América. Por séculos atacaram as costas brasileiras, pilhando-as e prejudicando enormemente o comércio. Afinal, os franceses não concordavam com a partilha da América entre os ibéricos, referendada pelo Papa. Como atenuante para a disputa religiosa foi elaborado um plano para estabelecer uma colônia de protestantes ao Sul do Brasil, onde depois seria fundada a cidade do Rio de Janeiro, a *França Antártica*, como foi denominada.

O historiador inglês Robert Southey assim abordou a questão:⁴

Principiaram bem cedo os franceses a reclamar o seu quinhão nos tesouros das descobertas. O seu sistema comezinho de o obterem, era capturando os galeões, que voltavam da Índia; e muitas vezes a mais execrável crueldade acompanhava estes atos de pirataria. Debalde repetiam os reis portugueses queixas sobre queixas: demasiado fraco, e demasiado remoto para apoiar as suas reclamações, não obtinha Portugal outra satisfação, senão a que por suas mãos podia tomar. As expedições francesas para o Brasil eram de carácter mais honrado. Sempre aquela nação, que jamais reconheceu outro direito que não fosse o do mais forte, nem sofreu que qualquer opinião ou qualquer princípio lhe contrariasse a ambição ou os interesses, têm tratado a autoridade pontifícia com respeito ou desprezo, segundo melhor convinha

² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Op. cit.*, p. 46.

³ Trabalhei com essa tese em minha dissertação de mestrado.

⁴ SOUTHEY, Robert (1774-1843). *História do Brasil*. 3ª ed. brasileira. São Paulo: Ed. Obelisco, 1965. Vol. I, pp. 55-56.

aos seus imediatos intentos. Descuidara-se a França de pedir a sua parte do mundo por descobrir, quando o repartiu Alexandre VI, a quem tanto custaria traçar duas linhas como uma. E como nenhuma vantagem tirava da partilha, recusou admitir-lhe a validade. Não tardou que navios franceses fossem ao Brasil à busca de madeira, papagaios e macacos.

A propósito, cabe lembrar o que pensavam os franceses a respeito. O francês de Lery (1534-1611), que participou da aventura à *França Antártica*, escreveu em seu relato da viagem que fez ao Brasil:⁵

Direi ainda, à guisa de prefácio e de acordo com argumentos mais adiante expostos, que os espanhóis, e principalmente os portugueses, gabando-se de serem os primeiros descobridores da terra do Brasil, bem como da região compreendida entre o Estreito de Magalhães, a 50° do Polo Antártico, e o Peru e ainda aquém do Equador, sustentam serem donos desse país, considerando os franceses que o abordam usurpadores. Por isso encontrando-os no mar em condições vantajosas fazem-lhes guerra e chegam mesmo a esfolar-lhes vivos ou a dar-lhes outros gêneros de morte cruel. Os franceses, sustentando o contrario, afirmam que lhes cabe parte desses países recém-conhecidos; não os cedem de bom grado aos espanhóis e muito menos aos portugueses, antes se defendem valentemente e não raro lhes dão troco às crueldades. Seja dito sem jactância que tais inimigos não ousariam abordá-los nem atacá-los se não se considerassem muito mais fortes e não tivessem maior número de navios.

A primeira expedição francesa, com o fim precípuo de estabelecer uma colônia na América Portuguesa, comandada por Nicolau Durand de Villegaignon, cavaleiro da Ordem de Malta e vice-almirante da Bretanha, saiu do porto de Havre de Grace com uma pequena frota em 12 de julho de 1555, com uma tripulação estimada em 600 pessoas, entre católicos e protestantes. Desembarcaram na enseada do Rio de Janeiro em 10 de novembro do mesmo ano, depois de alguns percalços durante a viagem. De 1565 a 1567, sob a liderança de Estácio de Sá, sobrinho do Governador Mem de Sá, com o auxílio de portugueses do Reino e de São Vicente e a colaboração de índios, arquitetou-se a expulsão dos franceses. Por esse tempo deu-se a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Derrotados, os franceses fizeram vela, de volta para casa, não sem antes terem tentado estabelecer-se, sem êxito, em Recife.⁶

⁵ LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1980. p. 61.

⁶ GALANTI, Raphael M., S.J. *História do Brasil*. São Paulo: Duprat & Comp. 1911. pp. 242-293.

Pouco antes da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, deu-se a fuga de alguns deles para a vila de São Vicente. Eram, em sua maioria, protestantes, comandados por João Cointa, senhor de Bolés, que era, segundo o Padre Anchieta,

homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas, e mui lido na Escritura Sagrada, mas grande herege. Este, com medo de Villegaignon, que pretendia castigá-lo por sua heresia, fugiu com alguns outros para São Vicente nas canoas dos tamoios que iam lá à guerra, com título de os ajudarem, e chegando à fortaleza da Bertioga se meteu nela com os seus, e se ficou em São Vicente. Ali começou logo a vomitar a peçonha de suas heresias, ao qual resistiu o Padre Luís da Grã e o fez mandar preso à Bahia, e daí foi mandado pelo bispo, D. Pedro Leitão, a Portugal, e de Portugal, a Índia, e nunca mais apareceu.

Em sua confissão de culpas, preso no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, em 11 de novembro de 1563 em Lisboa, disse:⁷

lembra-me que na Capitania de São Vicente em casa de José Adorno, estando presentes José Adorno, Nicolas Grilho e Jácomo Dória genoveses e um João Tavares português e Pedro de La Cruz castelhano falando em linguagem italiano por eu não entender português contei as opiniões que tinham os luteranos que estavam no Rio de Janeiro e as autoridades que alegam da sagrada escritura e as não reprovei por em prática se levantar uma diferença entre mim e Nicolau Grilho sobre ele dizer que o padre santo podia tudo e que vira já um grande senhor de sua terra muito discreto e muito sábio falar a Sua Santidade por onipotência e eu responder que não era bem falado porque aquele epíteto não convinha senão a Deus e que o papa não podia senão o que era justo e ele porfiar que podia excomungar quem quisesse e eu porfiar que não podia e se o fizesse o tal não seria excomungado no céu e por se mudar a prática não falamos mais nisso por então.

Consta de um dos processos do Santo Ofício (o de nº 5451) um traslado de um auto feito por Gonçalo Monteiro, ouvidor do Eclesiástico, sendo escrivão Antônio Rodrigues de Almeida, na vila de Santos, de 22 a 26 de abril de 1560. Reuniram denúncias contra João Cointa o Padre Luís da Grã, provincial da Companhia de Jesus, o Padre Manuel da Nóbrega, da Companhia de Jesus; o Irmão José [de Anchieta]; Jorge Moreira, morador na vila de Santo André; Lyador Abanos [sic], morador na vila de Santos; José Adorno, provedor da Miseri-

⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Processos nºs 1586 e 5451 do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Transcritos em Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXV, 1903, pp. 215-308.

córdia, morador nesta vila, em seu engenho; Manuel Tavares, carpinteiro, morador no engenho de José Adorno; Cristóvão Diniz, morador na vila de Santos; Padre Fernão Luís, de alcunha *Carrapeta*, da Companhia de Jesus; e o castelhanos Pero de La Cruz, então morador na vila de Santos.

Outro vestígio da presença de franceses fugidos do Rio de Janeiro para São Vicente é encontrado no processo de Pero de Vila Nova.⁸ Este francês foi denunciado pelo Padre Luís da Grã, da Companhia de Jesus, em 14 de agosto de 1591 na cidade de Salvador, em casas de morada do Sr. Visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça. O jesuíta conhecera, havia de 30 a 33 anos, na Capitania de São Vicente, um francês de nome *Vila Nova*, criado do Senhor de Bolés, e que ele ouviu dizer que em Sergipe, junto ao engenho do Conde de Linhares, havia um francês de mesmo nome, e não sabia se era ele ou outro. Disse mais, que acreditava que o dito Vila Nova era luterano, da seita de Bolés, o qual foi desterrado para a Índia.

Sem ser chamado, apareceu, em 17 de janeiro de 1592, na cidade do Salvador, Pero de Vila Nova. Disse ser francês de nação, natural da cidade de Provins, de mais ou menos 55 anos de idade, filho de Nicolau de Collini, cavaleiro, e de sua mulher Nicole Simonet, franceses católicos, casado com Leonor Marques de Mendonça, cristã-velha, sem filhos, morador em Sergipe do Conde. Confessou que na era de 1557 veio da França uma frota de três naus de franceses, em sua maior parte luteranos, e chegaram todos ao Rio de Janeiro onde ainda não havia nenhum português. Que conversava e tratava, por esse motivo, com luteranos e suas idéias. Quando de lá fugiu, andou uns 9 ou 10 meses no sertão entre o gentio, longe dos preceitos da fé católica. Depois passou para São Vicente, capitania já então povoada com cristãos portugueses, e nunca mais teve conversação com luteranos. Perguntado se sabia se alguns dos ditos luteranos estavam no Brasil, respondeu que sabia apenas de dois católicos que também fugiram para viver entre os cristãos, a saber Marim Paris, que dizem estava casado no Rio de Janeiro, e André de Fontes (vide este nome), também casado, morador na vila de São Vicente. Pero de Vila Nova foi absolvido, em sentença publicada em 2 de dezembro de 1592, na cidade do Salvador.

Tempos depois, os franceses voltaram-se, com igual propósito, ao Maranhão e Pará (que não faziam parte do Estado do Brasil), a partir de 1594, até 1615, com a chamada França Equinocial. Dessa empreitada resultou a fundação, pelos franceses, da cidade de São Luís, atual capital do Maranhão. Conforme o

⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Processo nº 2789 do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Transcrito em **Confissões da Bahia**, na *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça: 1591-1592*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ F. Brigueit, 1935. p. 91.

estudo dos historiadores Vasco Mariz e Lucien Provençal, os franceses no Maranhão ao contrário das expedições de Du Clerc e Duguay-Trouin, ao Rio de Janeiro, que foram nitidamente predatórias, a expedição francesa ao Maranhão foi essencialmente de caráter colonizador.⁹

Os franceses retornaram ao Rio de Janeiro em dezembro de 1695 sob a direção do Senhor De Gennes, à frente de cinco vasos de guerra. No início houve trocas de amizade, apesar de desconfianças, e só depois começaram hostilidades entre uma parte e outra. Um dos que se salientaram no auxílio e manutenção que se deveria dar aos vasos de guerra franceses, foi **Cláudio Gurgel** (vide este nome), que por isto, em 1703 recebeu a patente de capitão do forte de Nossa Senhora da Glória com a condição de o reedificar, à sua custa, todo de pedra e cal.

Uma questão diplomática alteraria a relação Portugal-França. Assinado em 27 de dezembro de 1703 em Lisboa, o Tratado de Methuen consistia, basicamente em que a Inglaterra se comprometia a adquirir os vinhos de Portugal, pagando estes dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses. Em contrapartida, os portugueses se comprometiam a adquirir os panos ingleses. Acrescido a esse fato, que desagradava aos franceses, os portugueses tomaram partido na guerra de sucessão da Espanha, contra as pretensões da França. Em represália, os franceses organizaram, então, uma forte esquadra, composta de cinco navios grandes e uma balandra, em número superior a mil homens, com o intuito de invadir o Rio de Janeiro, então porto de saída da enorme riqueza que vinha das minas de ouro, em pleno esplendor. A operação resultou em fracasso. O comandante francês era Duclerc, que acabou falecendo em uma prisão, em 18 de março de 1711. Novamente, a população carioca sobressaiu-se em defesa do Rio de Janeiro. Entre eles Bento do Amaral Coutinho.

Com a derrota e, principalmente com a morte não esclarecida de Duclerc, considerada um insulto, os franceses prepararam nova invasão ao Rio de Janeiro. Confiaram a tarefa de vingar a honra da Pátria a René Duguay-Trouin (1673-1736), experiente marinheiro. A esquadra chegou ao Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1711, com 17 navios, 5.403 homens e 732 canhões. Desesperada e sem um eficaz comando, a população abandonou a cidade do Rio de Janeiro. Seu governador, Francisco de Castro Morais, depois foi julgado inábil pelas suas atitudes. Os franceses exigiram 600 mil cruzados para não bombardear a cidade. Levantado o resgate, os homens de Duguay-Trouin abandonaram o Rio em 4 de novembro do mesmo ano. Mais uma vez, o carioca Bento do Amaral Coutinho

⁹ MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)*, 2007. Rio de Janeiro: Topbooks.

foi um dos que se destacaram na defesa da cidade, vindo a falecer em defesa da sua terra e elogiado pelos franceses por sua bravura.¹⁰

Foi a derradeira investida dos franceses, quase três séculos atrás...

Famílias de origem francesa na São Paulo Colonial:

BAYART

- I- FRANCISCO JAQUES BAYART, natural de França, casou-se com MICAELA ARCÂNGELA MOREIRA. Pais de, ao menos:

- II- PAULA MOREIRA, natural da vila de Taubaté. Casou-se com JOÃO PORTES D'EL-REI, filho do Capitão Mor Antônio Corrêa da Veiga e de sua mulher Marta de Miranda d'El-Rei.¹¹ Com geração.

BELINQUE

Comentando, certa vez, algumas dificuldades em minhas pesquisas em Portugal com o amigo, Professor MS. Paulo Valadares, este se lembrara de ter lido algo sobre Belinques. Alguns dias depois me enviou um artigo de um grande pesquisador português, o Dr. Luís de Bivar Guerra, que tratava de um antepassado do primeiro ministro francês Pierre Mendès France (1907-1982), Luís Mendes de França, que fora primeira vez casado com uma senhora da família Belinque, de qual família Bivar Guerra teria mais dados e que inclusive os pretendia publicar.

Pierre Mendès, conforme solicitara a Bivar Guerra, apenas sabia que era descendente, por varonia, de um Luís Mendes de França, natural de Lisboa. A-

¹⁰ SOUTHEY, Robert. *Op. cit.*, Vol. V, pp. 101-120. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 10ª ed. integral. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 5 vol. Vol. 2, tomo III, pp. 286-311.

¹¹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, São Paulo: Duprat & Companhia, 1905. Vol. III: Prados, p. 236.

pós buscas nos processos do Santo Ofício existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bivar Guerra descobriu que o lisboeta Luís Mendes de França fora preso pelo Tribunal por judaísmo.¹² Pelo processo respectivo, deduziu que nascera cerca de 1641 em Lisboa, e que seus pais tinham parte de sangue cristão-novo. Era filho de Francisco Mendes (de França), ourives de ouro, cognominado *o ruivo*, e de Antônia Freire (que estivera presa pela Inquisição em 1654, também por judaísmo)¹³; neto paterno do Dr. Luís Mendes de França; neto materno de Gonçalo da Costa Nolano, ourives de ofício, cristão-velho. O Dr. Luís Mendes de França era cristão-velho, inquisidor do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, descendente dos Mendes de Vasconcelos e dos França, que se supõem serem descendentes, por bastardia, do Duque de Alençon em França.

Luís Mendes de França casou-se em 23 de junho de 1668 em Vila Franca de Xira com Luísa Belinque (ou Bellixq ou Belingue), batizada na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai (hoje apenas denominada Santa Catarina) da cidade de Lisboa em 1644, filha de Francisco Belinque e de sua mulher Joana Conrado.¹⁴ Francisco Belinque, marido que foi de Joana Conrado, faleceu em 2 de janeiro de 1675 na rua dos Paus, freguesia de Santa Catarina (Lº 5º fls. 2), sem testamento; foi sepultado na mesma igreja. Este Francisco Belinque deveria ser irmão (ou eventualmente pai) de Joana Belinque, primeira mulher de Francisco César de Miranda. Ainda casado, Luís Mendes fugiu para La Rochelle, vindo a se casar depois, em 1689 com Maria Vivas, do qual casamento descendia o político francês Pierre Mendès France. Luís Mendes passou para Bordéus em 1694, onde se suicidou no ano seguinte, no mês de agosto. Conforme uma obra de Cândido Teixeira, citada por Bivar Guerra, a mulher de Luís Mendes França, era irmã de Duarte Belinque (ou Belink), pais de Alexandre Belinque, que vivia no Algarve e de Francisco Xavier, que vivia no Brasil.

Pesquisando livros de casamentos da freguesia de Santa Catarina da cidade de Lisboa, encontrei apenas um da família Belinque.¹⁵ Foi o casamento de Manuel Pereira, natural da cidade de Lisboa, morador na freguesia dos Mártires,

¹² Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Processo nº 1.232 do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.

¹³ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Processo nº 4.325 do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Antônia Freire nasceu pelos anos de 1619 em Lisboa, onde esteve presa de outubro de 1654 a outubro de 1656.

¹⁴ Conforme o citado artigo do Dr. Bivar Guerra, Luís Mendes de França casou-se em 23 de junho de 1668 em Vila Franca de Xira (livro 5º de mistos, fls. 173v). Sua mulher Catarina foi batizada em 6 de agosto de 1644 na freguesia de Santa Catarina (livro 4º, fls. 155v).

¹⁵ Quero agradecer a D. Lídia Sabonas, da Igreja Mórmon, responsável pelo atendimento à pesquisa genealógica da Estaca da Saúde, em São Paulo.

com Maria Belinque, também natural da cidade de Lisboa, moradora na dita freguesia de Santa Catarina. Celebrou-se o matrimônio em 15 de maio de 1646. Não foram citados os nomes dos pais dos noivos. Curiosamente, a noiva casou-se com procuração, tendo sido seu procurador justamente Francisco César.

§ 1º

- I- FRANCISCO BELINQUE, ou Hoeorgarte Belinque, natural de Toulon, ao sul do Reino da França. Cônsul dos franceses em Lisboa. Casou-se com MARGARIDA PAULA, natural da cidade de Lisboa, a qual fez testamento em 11 de fevereiro de 1669, doente em uma cama. Rogava para serem seus testamenteiros a Máximo de Arruda de Seixas, a seu genro Manuel Pereira e ao Padre João Saraiva, coadjutor da freguesia da Santa Casa. Máximo de Arruda era morador na bica de Duarte Belo (atual bairro do Chiado). Declarou ser viúva de Hoeorgarte Belinque, e que tinha três filhos (creio que quis dizer três filhos vivos), duas mulheres e um homem, os quais eram seus herdeiros. Declarou que era moradora na vila da Castanheira. Que deixava um negro o qual dava para sua filha Isabel Belinque. Era possuidora de uma fazenda na vila da Castanheira, que constava de um pomar, vinhas, etc., com tanques, tudo coberto sobre si, o qual estava empenhado a seu genro Manuel Pereira. Era devedora de uma legítima de seu marido à sua filha Maria Belinque. E concluiu:

Declaro que quando casei minha filha Joana Belinque lhe não meti no seu dote a legítima que herdou de seu pai a qual lhe estou devendo e ordeno que se lhe separe a dita legítima para se satisfazerem com ela parte de suas dívidas e se ele meu genro Francisco César algum dia vier a este Reino se lhe dará dela conta.

O testamento foi aprovado em 12 de fevereiro de 1669 na cidade de Lisboa, onde foi aberto em 28 de maio do mesmo ano. Ela faleceu em 19 de fevereiro do mesmo ano na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da cidade de Lisboa.¹⁶ Era viúva, e foi enterrada no convento dos frades de São Francisco, sendo testamenteiros Máximo de Arruda Seixas e o Padre Francisco Rodrigues Seixas.

Foram pais de:

- 1 (II)- JOANA BELINQUE, que segue no § 2º.
2 (II)- ISABEL BELINQUE. Vivia à época do testamento de sua mãe, em 1669. Sem mais notícias.

¹⁶ Livro de óbitos da referida freguesia (1652-1674), fls. 97.

- 3 (II)- MARIA BELINQUE. Vivia à época do testamento de sua mãe, em 1669. Esta ou Isabel Belinque casou-se com MANUEL PEREIRA. Sem mais notícias.
- 4 (II)- FRANCISCO BELINQUE (na dúvida), que segue.
- 5 (II)- PAULO BELINQUE. Em 7 de abril de 1644 recebeu alvará de moço da câmara com a moradia e cevada ordinária e condição do número e da Índia. Era natural de Lisboa, filho de Brugarte Belinque.¹⁷
- II- FRANCISCO BELINQUE (na dúvida), o qual faleceu em 2 de janeiro de 1675 na rua dos Paus, freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai (Lº 5º fls. 2), sem testamento; foi sepultado na mesma igreja. Casou-se com JOANA CONRADO. Foram pais de, talvez entre outros:
- 1 (III)- LUÍSA BELINQUE, batizada na freguesia de Santa Catarina da cidade de Lisboa em 1644. Casou-se em 23 de junho de 1668 em Vila Franca de Xira com LUÍS MENDES DE FRANÇA, o qual foi preso 14 de fevereiro de 1683 pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.¹⁸ Foi qualificado como tendo um quarto de sangue de cristão-novo, mercador, natural e morador na cidade de Lisboa. Na sessão de Genealogia, em 6 de abril do mesmo ano, declarou que seus pais já eram falecidos, e foram Francisco Mendes, cristão-novo, não sabia em quanta parte, ourives de ouro, e de Antônia Freire, meio cristã-nova. Citou avós, tios e irmãos. Da mulher, Luísa Belinque, disse que era cristã-velha.
- 2 (III)- DUARTE BELINQUE. Foi pai de ALEXANDRE BELINQUE, que vivia no Algarve e de FRANCISCO XAVIER, que vivia no Brasil.

§ 2º

- II- JOANA BELINQUE, filha de Francisco Belinque, do § 1º nº I. Era natural de Lisboa. Ali se casou, primeira vez, cerca de 1640, com FRANCISCO CÉSAR DE MIRANDA, nascido por volta de 1615 na vila de Sesimbra, distrito de Setúbal, filho de Afonso de Miranda e de Andresa Dias.¹⁹

¹⁷ AMARAL, Luís. Livro de Matrículas dos Moradores da Casa Real. Lisboa: Ed. Guarda-Mor, 2009. 2 vol. Tomo I, p. 28.

¹⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa. Processo nº 1232/ Microfilme nº 3980.

¹⁹ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Francisco César de Miranda: identificação de um tronco paulistano*. In Revista da ASBRAP nº 14, pp. 225-252.

Viúvo, Francisco César de Miranda passou para o Brasil por volta de 1650. Do Rio de Janeiro passou para São Paulo, onde se casou cerca de 1657, provavelmente na Sé (igreja matriz), com ANA PERES DE HEREDIA, filha de Juan Martinez de Heredia e de Brígida Pais.²⁰ Em 20 de outubro de 1670 Francisco César já era falecido, conforme constou dos proclamas de seu filho Manuel César de Miranda.

Filho (único?) do primeiro casamento, com Joana Belinque:

- III- MANUEL CÉSAR DE MIRANDA. Nasceu cerca de 1644 na freguesia de Nossa Senhora do Loreto, cidade de Lisboa, em cuja igreja foi batizado. Estudou no Colégio dos jesuítas da cidade do Rio de Janeiro, onde obteve o título de Mestre em Artes, conforme declarou. Chegou a tomar ordens menores, com hábito, que depois abandonou. Em 1664 era escrivão da vila de São Francisco das Chagas de Taubaté.²¹

Casou-se (primeira vez), cerca de 1664, ou na matriz da vila de São Paulo, ou na capela²² de Antônio de Sousa (ignoro onde fica), ou em Taubaté, com MARIA DA SILVA, com geração. Para a mesma mulher ele citou duas filiações: que era filha de Domingos da Silva, lavrador, e de Maria de Freitas. Em outra versão, que ela era filha de Miguel Fernandes Edra e de sua mulher Tomásia de Sousa.²³ Essa segunda versão fica contraditada ao se verificar os herdeiros de Miguel Fernandes Edra em 1667 em Taubaté: sua filha Maria, de nome completo Maria de Sousa de Barros era casada com o Alferes Luís de Sousa Ferreira, o qual faleceu, também com inventário corrido em Taubaté, no ano de 1674, já viúvo de Maria de Sousa.²⁴

Ainda viva sua mulher, recebeu em matrimônio (invalidado depois), em 28 de novembro de 1670, na ermida de São Francisco da vila de

²⁰ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, Vol. III: Borges de Cerqueira, p. 546.

²¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Inventário de Potência Leite, ano de 1657. Série de inventários não publicados; nº de ordem CO 481.

²² É possível que essa capela fosse a origem da atual Mairiporã, na grande São Paulo, e que Antônio de Sousa fosse o Capitão Antônio de Sousa Dormundo.

²³ Miguel Fernandes Edra era capitão, tendo sido juiz ordinário e dos órfãos no ano de 1655 na vila de Taubaté. Ali faleceu em 1667. Tomásia de Sousa havia falecido em 1656. Vide COELHO, H. V. Castro, *Povoadores de S. Paulo – Estêvão Ribeiro*. In *Revista da ASBRAP* nº 9, p. 149.

²⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. *Fontes da Genealogia Paulistana* (Silva Leme). Volume II, fls. 139 e 139v. O inventário foi lido por H. V. Castro Coelho no Arquivo Histórico Municipal Dr. Félix Guisard Filho, de Taubaté.

São Sebastião, litoral paulista, com CLARA CABRAL, filha de Luís Cabral de Mesquita e de Maria Camacho, moradores na Ilha de São Sebastião.²⁵

Preso em fins de 1670, por ordem do Vigário Geral da vila de São Paulo, foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado por mais de um ano. Foi embarcado para Lisboa, tendo sido entregue aos cárceres do Santo Ofício em 7 de abril de 1672 (embora conste do processo a data 21 de maio de 1673). Saiu no auto-da-fé de 10 de dezembro de 1673. Ignoro seu destino final.

BENITO

- I- JOÃO BENITO nasceu entre 1614 e 1626 em Marselha, França.²⁶ Como escreveu o historiador Carvalho Franco, era sertanista de São Paulo, que acompanhou Eleodoro Ébanos nas suas pesquisas de minas em Paranaguá, em 1649.²⁷ Serviu de testemunha em 20 de setembro de 1649 na vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, em pousadas do General Eliodoro Ébano, por ocasião do exame e vistoria das minas que se descobriram naquele distrito.²⁸ Foi qualificado como estante nessa vila, de 35 anos de idade, pouco mais ou menos; participara ativamente da descoberta de pedras das novas minas.

Serviu ainda de testemunha no processo de habilitação de *genere et moribus* do Padre Paulo Blanco; ouvido em 21 de dezembro de 1676 na vila de Paranaguá, declarou ser morador na mesma vila, de mais ou menos 50 anos de idade, natural de Marselha, onde foi vizinho do pai do suplicante, Pedro Blanco.²⁹

Possivelmente foi seu filho o que segue:

-
- ²⁵ Luís Cabral de Mesquita foi sesmeiro na vila de São Sebastião. Sua mulher Maria Camacho em: COELHO, H. V. Castro, *Povoadores de S. Paulo – Bartolomeu Camacho*, in *Revista da ASBRAP* nº 13, p. 206.
- ²⁶ Os apelidos Benito e Benuáte assemelham-se a espanhóis, não a franceses. Possivelmente pela proximidade de Marselha, ao Sul da França, com a Espanha.
- ²⁷ CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953. p. 64.
- ²⁸ CORDEIRO, José Pedro Leite. *Documentos copiados em Portugal pelo Sr. Alfredo Mendes de Gouveia, a pedido do Sr. José Pedro Leite Cordeiro*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XLVI, p. 269.
- ²⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-3-52.

- II- JOÃO BENITO BENUÁTE (ou seria o próprio nº I, acima?), casou-se com MARIA DE ASSUNÇÃO. Pais de, ao menos:
- III- BALTASAR BENITO DOS REIS, natural da vila de Paranaguá. Casou-se, cerca de 1722, com MARIA PIRES RIBEIRO, filha de Manuel Pires Antunes e de Maria Ribeiro.³⁰ Viúva de Baltasar Benito dos Reis, casou-se segunda vez com Manuel Corrêa do Prado, conforme o inventário daquele. Com geração.

Por morte de Baltasar Benito dos Reis, em 8 de maio de 1732, fez-se auto de inventário em 22 de janeiro de 1734 na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, termo da cidade de São Paulo.³¹ O auto foi aberto no sítio do falecido João Maciel da Cunha, tendo sido inventariante a viúva Maria Pires Ribeiro; por não saber assinar assinou por ela, a seu rogo, Francisco Cubas do Prado. Segundo declarações da inventariante, o casal teve 5 filhos, a saber: **João** (depois João Pires Benito), de mais ou menos 10 anos, **André**, de mais ou menos 9 anos, **Ana** (depois Ana Pires Ribeiro, mulher de Salvador Pais Cardoso), de mais ou menos 8 anos, **Simoa** (depois Simoa Pires Ribeiro, mulher de José Rodrigues de Pontes, o qual era filho de Fernando Munhoz e de Isabel Ribeiro), de mais ou menos 6 anos, e **Catarina** (depois Catarina Pires Ribeiro, mulher de Ângelo Preto Cardoso), de mais ou menos 2 anos de idade.

Entre outros bens, foram avaliados 5 escravos e...

um sítio pegado à igreja de Nossa Senhora cercado de valos com casas de três lanços de paredes de mão cobertas de telha que parte de uma banda com Francisco Cubas do Prado e da outra banda com Ana Vidal, avaliado em 100\$000 (cem mil réis).

Baltasar Benito fez testamento em 4 de maio de 1732, trasladado em seu inventário. Por ele não poder escrever nem assinar, Gabriel Barbosa de Lima o fez. Pediu para serem seus testamenteiros: André Gonçalves Barbosa (depois nomeado curador dos órfãos), Inácio Rodrigues Pinto e a José Pires Pimentel. Pediu para seu corpo ser sepultado no meio da igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, pegado aos bancos. Declarou ser natural da vila de Paranaguá, filho legítimo de João Benito Be-

³⁰ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. I: Carvoeiros, p. 107.

³¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Nº de ordem: CO 708. Série de inventários do 1º Ofício.

nuáte e de sua mulher Maria da Assunção, todos já defuntos. O “cumprase” ao testamento foi dado em 10 de maio de 1732.

BLANCO

- I- ANTÔNIO BLANCO, natural da vila de Lauxi (ou Nanxi). Casou-se com FRANCISCA BAILEZA, também natural da mesma vila. Foram pais de:
- II- PEDRO BLANCO. Francês, natural da vila de Lauxi, freguesia de São Sebastião (Saint-Sébastien), bispado de Marselha (Marseille). Passou para o Brasil. Casou-se com CATARINA DE PONTES, natural da vila de São Paulo, filha de Pedro Nunes de Pontes e de sua mulher Inês Domingues, ambos naturais da vila de São Paulo.³² Foram pais de, entre outros:
- III- PADRE PAULO BLANCO, natural e morador na vila de São Paulo, onde foi batizado em fevereiro de 1654 na Sé da vila de São Paulo. Ouvido em 16 de março de 1704 no processo de habilitação de *genere et moribus* de Bento Vieira Barros.³³ Era homem viúvo, lavrador, de 50 anos de idade. Paulo Blanco habilitou-se de *genere et moribus* no ano de 1706.³⁴ Conforme se depreende deste processo, havia intentado já no ano de 1676, tendo desistido e se casado; depois de viúvo tomou ordens. Duas testemunhas que conheceram ao pai do suplicante em Marselha foram ouvidos em 21 de dezembro de 1676 na vila de Paranaguá: João Benito (vide este nome) e o Capitão Cláudio Ramos (vide, também, este nome), de mais ou menos 62 anos de idade. Paulo Blanco foi julgado aprovado em 1º de maio de 1707, da cidade do Rio de Janeiro.

Paulo Blanco houvera sido casado com MARIA DA LUZ, de quem deixou geração, filha do português Diogo Ferreira e de sua mulher Maria da Costa.³⁵

CALES

³² LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VIII: Domingues, p. 120.

³³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-2-42.

³⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-3-52.

³⁵ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. I: Introdução, p. 10.

João de Cales (seria *Calès*, ou *Calais*, em francês?) é um personagem a ser melhor pesquisado.³⁶ Ficaram apenas registros, colhidos aqui e ali. Houve um, que assinava *João de Calles*, que em 24 de abril de 1600 era juiz ordinário e dos órfãos, pela ordenação, na vila de São Vicente.³⁷ De São Paulo há uma referência a João de Calyx, citado em 9 de outubro de 1623 na vila de São Paulo, no testamento de Pedro Nunes.³⁸ Este chamou de cunhada uma mulher de João de Calyx.

Também há, na cidade do Rio de Janeiro e, não foi possível, até o momento, saber se há alguma ligação entre um e outro. Trata-se do francês João de Cales, o qual serviu de testemunha no processo de beatificação do Padre José de Anchieta.³⁹ Ouvido em 2 de agosto de 1627, declarou ser natural de Dieppe, morador no Rio de Janeiro, casado, com cerca de 70 anos de idade, filho legítimo de Miguel de Cao e de Alizão de Cao. Conheceu-o, tratou e comunicou com ele nesta cidade e na aldeia de Reritiba da capitania do Espírito Santo, e isto haverá 53 anos. O francês João de Cales faleceu no Rio de Janeiro, no estado de viúvo, em 23 de janeiro de 1643.⁴⁰ Foi testamenteiro o filho Tomé de Cales. Conforme um batizado ocorrido na Sé do Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1625, foram padrinhos da criança Tomé de Cales e Maria Cornelias, mulher de João de Cales.⁴¹

CARRIER

- I- MATEUS CARRIER, homem nobre, lavrador. Casou-se, por volta de 1620 com D. ISABEL DE SARMOS (ou Sarnos) e foram moradores na paróquia de Santo André, no lugar e cidade de Valobrega, diocese de Vise, província de Lengador, Reino da França. Foram pais de, ao menos:
- 1 (II)- ARNALDO CARRIER. Morador em Valobrega no ano de 1677.

³⁶ Informações creditadas ao amigo e pesquisador Rodnei Brunete da Cruz, provável descendente do tronco da família Cales.

³⁷ *Inventários e Testamentos*, vol. I, p. 37.

³⁸ *Inventários e Testamentos*, vol. VI, p. 49.

³⁹ VIOTTI, Hélio Abranches. S.J. *Qualificação e depoimento das testemunhas nos processos anchietanos mais antigos*. In *Revista da ASBRAP* nº 3, p. 51.

⁴⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de óbitos da Sé nº 3 (1639-1653), fls. 24v. Pesquisa de Rodnei Brunete da Cruz.

⁴¹ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de batismos da Sé nº 2 (1623-1632). Pesquisa de Rodnei Brunete da Cruz.

2 (II)- ENEMON CARRIER, que segue.

II- ENEMON CARRIERO, ou Enemon Carriero, ou ainda, como assinava, Inemom Carrier. Batizado em 10 de maio de 1626 na citada freguesia de Santo André (conforme traslado, adiante). Era capitão. Consta, ao menos, como testemunha em dois processos na Cúria de São Paulo. O primeiro, na habilitação de Tomé Nunes Pais.⁴² Ouvido em 3 de janeiro de 1701 na vila de São Paulo, em visita do Reverendo Dr. Antônio de Pina, declarou ser homem casado, morador nesta vila de São Paulo, de 74 anos de idade; vivia nesta terra há 40 anos. Assim, teria vindo para São Paulo cerca de 1661, aos 35 anos de idade. No segundo, foi testemunha do processo de habilitação de *genere et moribus* de Pedro de Arzão.⁴³ Ouvido em 14 de fevereiro de 1702 na vila de São Paulo, declarou ser morador nesta vila, cirurgião e casado nesta vila, de 78 anos de idade.

Em 23 de dezembro de 1687 o Capitão Inemom Carrier registrou uma abonação a seu favor, muito provavelmente para que seus descendentes não tivessem contra si nenhuma dúvida de que ele era católico e cristão-velho, conforme segue:⁴⁴

*Nós Cláudio de Jouam de Lenoncurt do Conselho de Guerra de Sua Real Magestade Barão Marquês de Aramom e senhor deste presente lugar e cidade de Valobrega e da Diocese de Vise na província de Lengador no reino de França também todos os cônsules magistrados governadores os principais e mais antigos e habitadores [*moradores] assim soldados nobres como outros do dito lugar de Valobrega abaixo escritos e assinados botamos e damos verdadeiro testemunho a todos os que virem estas presentes letras que como Enemon Carriero um dos nobres habitadores da dita Valobrega fosse há muitos tempos para as regiões de Portugal ou das Índias em a quais regiões conforme alguma de suas cartas habita em a vila chamada São Paulo nos foi declarado por Arnaudo [Arnaldo] Carriero do dito lugar seu irmão e pedido pelo mesmo com honesta súplica que em testemunho de sua geração em Jesus pátria fé e lei que seu irmão tinha necessidade de nosso testemunho por esta causa e da mesma petição em verdade testemunhamos e afirmamos que o dito Enemon Carriero é nascido no dito lugar e cidade de Valobrega da diocese de Vise província de Lengador em França e de legítimo matrimônio confor-*

⁴² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-79-627, ano de 1798, de Francisco José Guedes (neto paterno de Tomé Nunes Pais).

⁴³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-2-44.

⁴⁴ *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1661-1709)*. Vol. III, pp. 477-481.

me a lei deste dito reino de França e também da santa madre igreja católica e apostólica e romana contraído por Mateus Carriero e de dona Isabel de Sarmos, pai e mãe naturais da dita cidade de Valobrega já defuntos o qual Mateus Carriero enquanto vivo foi um nobre lavrador. Enemon Carriero, seus pais sobreditos como também seus autores e predecessores sempre professaram e confessaram de tempo inemorial a santíssima fé católica e apostólica e romana nunca foram infeccionados com alguma mácula de judeus gentios calvinistas nem hereges de qualquer espécie e parte contra a santíssima fé além disto o dito Enemon Carriero e seus antecessores sempre viveram a vida civil honesta e nobre nunca foram acusados de algum crime de infidelidade contra a pátria nem contra o príncipe ou contra sua religião mas antes seguindo por longo tempo em serviço de nosso príncipe rei de França as armas contra seus inimigos assim como verdadeiros e fiéis soldados em sinal de tão grandes serviços um Francisco Carriero primeiro de nome no ano de mil e trezentos e quinze do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo recebia letras de sua nobreza e também escudo e armas da alta geração dos sobreditos Carrieros predecessores e antecessores do dito Enemon Carriero cuja figura do insigne escudo assim se pinta dos pais conformou estas letras com autoridade real desde este tempo sempre por seus em a honra de sua nobreza em cuja fé fortalecemos o presente testemunho com o nosso sinal e selo manual de nossa dita cidade ou lugar de Valobrega e mandamos que fosse assinado pelo nosso secretário dado na dita cidade ou lugar de Valobrega no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e setenta e sete anos aos onze dias do mês de maio Rei dos franceses. Lenoncurt Varon – Filhet – juiz – Verot – primeiro cônsul deges – Vig. – Cabanon – André – de Rogier – Doupluy – A Vernui, portaleur Duprei D.lhaei D. casolei – Debeq... Dupraort Lucantet Jausoimy Ruy de Moutel por dos ditos senhores barão governadores cônsules e dos mais nobres e habitadores deste lugar de Valobrega Jaoux certifico eu Antônio Corrêa sacerdote e religioso da Companhia de Jesus que traduzi esta inquirição do original latino que possui o suplicante Enemon Carriero e que está conforme em tudo com o dito original por passar assim na verdade dei esta por mim feita e assinada e jurada em verbo sacerdotis Colégio de São Paulo onze de dezembro de mil e seiscentos e oitenta e cinco. Antônio Corrêa – E segue outro mais João Batista Marim protonatário de nosso mui santo papa e da santa sé apostólica decano e ouvidor da vara do campo do distrito de Remolim presbítero e prior da igreja paroquial de Santo André do lugar de Valobrega da diocese de Vise na província de Lenestradao no reino de França a todos os que virem estas presentes letras fazemos a saber e testemunhamos como Enemon Carriero nosso paroquial que há muito foi para as regiões de Portugal ou das Índias e nos pediu estas letras testemunhais acerca de sua vida costumes e nascimento nos anuindo a sua justa petição testemunhamos que o dito Enemon Carriero é filho legítimo de Mateus Carriero lavra-

dor nobre e de sua mulher Isabel de Sarnos [mais acima está Sarnos] desta nossa paróquia de Santo André de Valobrega da diocese de Vise sempre professou a fé católica e apostólica e romana como seus pais e antepassados e nunca foi infeccionado da mácula do judaísmo nem do gentilismo ou de outra qualquer seita de heresia nem ligado o vínculo de alguma excomunhão nem nunca nos veio a notícia nestas partes que o dito fosse acusado de algum crime antes é tido por homem de boa índole e de todo o bom exemplo pelo que rogamos a todos os pastores eclesiásticos a quem o dito pertencer e se lhe administrar todos os sacramentos de que necessitar para cuja fé selamos estas presentes letras com o nosso selo manual e de nosso ofício dado em Valobrega em nossas pousadas ano do Senhor de mil e seiscentos e setenta e sete aos dez dias do mês de maio Marim Presbítero – Ano do Senhor de mil e seiscentos e vinte e seis anos nove de abril foi batizado Enemon Carriero filho legítimo e natural de Mateus Carriero e de sua mulher Isabel de Sarnos foram seus padrinhos Edemon Rid.... e dona Nicola de Lamb por mim Cláudio Monostir Presbítero e cura subscrito Monostir, tirado do livro de batismo da igreja paroquial de Santo André de Valobrega da diocese de Vise na província de Lengador em França assinado por mim prior da dita igreja Mareu certifico eu Antônio Corrêa religioso da Companhia de Jesus que traduzi esta inquirição do original latino que possui o Capitão Enemon Carriero que está conforme com o dito original e por passar assim na verdade dei esta por mim feita e assinada e jurada em verbo sacerdotis. Colégio de São Paulo onze de dezembro de mil e seiscentos e oitenta e cinco anos. Antônio Corrêa os quais treslados eu Jerônimo Pedroso de Oliveira escrivão da Câmara os registei bem e fielmente sem que dúvida faça e os corri e consertei e os tornei à parte a que me reporto em palavras ou letras de mais ou menos em os vinte e três de dezembro de mil e seiscentos e oitenta e cinco anos. – Jerônimo Pedroso de Oliveira.

*Consertado comigo próprio
Jerônimo Pedroso de Oliveira*

Não descobri com quem se casou e nem tampouco sua descendência. É possível, como suspeitou o douto genealogista Carlos da Silveira, que Enemon Carrier tivesse sido o segundo marido de Maria do Rosário, viúva do português Gabriel Barbosa de Lima.⁴⁵ Maria do Rosário era filha de João Pedroso de Moraes e de sua primeira mulher Maria de Li-

⁴⁵ SILVEIRA, Carlos da. *Subsídios Genealógicos*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. XLVI, pp. 20-21.

ma.⁴⁶ Se essa tese estiver correta, ele seria tio, por afinidade, do prestigioso Padre Guilherme Pompeu de Almeida, o “creso paulista”, que quase se tornou bispo de São Paulo, antes mesmo da criação do bispado.

Entendo ainda que poderia ter parentesco (pelo tempo poderia ser pai) com o Padre Francisco Carrier, nascido cerca de 1670 na vila de São Paulo. E, também, com Francisco Carrier de Moraes (deste, pelo tempo, seria avô). Este último serviu de testemunha em fevereiro de 1750 na vila de Santos, conforme constou do processo de habilitação de *genere et moribus* de Paulo Severo de Moraes de Oliveira.⁴⁷ Foi qualificado como homem casado, morador na vila de Santos, que vive de suas lavouras, natural da cidade de São Paulo, de mais ou menos 60 anos de idade e assistente na referida vila havia 30 anos.

CORTÃO

§ 1º

- I- PEDRO COTÃO, ou Pedro **Cortão** ou ainda Pedro Cartão. Filho de Guilherme e de Maria Minho. Nasceu no ducado de Borgonha, Reino da França. Passou para o Brasil, vivendo de suas lavouras e de tirar ouro nas minas. Primeiramente ele e sua mulher foram moradores na paragem chamada “a borba”, distrito da vila de Taubaté. Casou-se em 15 de fevereiro de 1711 em Taubaté com ANA MARIA DO PRADO, natural da freguesia e vila de Taubaté, bispado de São Paulo, filha do Coronel Pedro da Fonseca Magalhães e de Helena do Prado.⁴⁸ Pais de, entre outros:
- 1 (II)- HELENA CORTÃO DA FONSECA, que segue.
- 2 (II)- D. FRANCISCA CORTÃO FONSECA, que segue no § 2º.
- II- HELENA CORTÃO DA FONSECA. Casou-se com JOSÉ COELHO SANTIAGO, natural e batizado (como a noiva) na matriz de São João do Morro Grande, bispado de Mariana, filho de Jorge Coelho, natural da freguesia de São Veríssimo de Nuvegilde e de Maria da Silva, natural da freguesia de Loredó, bispado do Porto. Pais de:

⁴⁶ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VII: Moraes, p. 149. Ali vem citado um Padre Francisco Carrier de Lima (o nascido cerca de 1670?) como filho de Gabriel Barbosa de Lima e de Maria do Rosário.

⁴⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-20-201.

⁴⁸ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VII: Costas Cabrais, p. 393.

- III- ANTÔNIO COELHO SANTIAGO e seu irmão MANUEL COELHO SANTIAGO. Naturais e batizados na dita matriz de São João. Habilitados de *genere* no ano de 1752.⁴⁹

§ 2º

- II- D. FRANCISCA CORTÃO FONSECA (filha do francês Pedro Cortão, do § 1º nº I), natural da freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté, bispado de Mariana. Casou-se em 23 de novembro de 1733 na mesma freguesia com o SARGENTO MOR PEDRO DA COSTA PACHECO, filho de Pedro da Costa Pacheco e de Beatriz Gonçalves, naturais e batizados na freguesia de Nossa Senhora da Estrela, bispado de Angra, Portugal. Pais de, ao menos:
- 1 (III)- ANTÔNIO DA COSTA PACHECO, batizado em 21 de novembro de 1747 na freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté, bispado de Mariana. Antônio e seus irmãos Bernardo, Pedro e Manuel, habilitaram-se de *genere* no ano de 1757.⁵⁰
 - 2 (III)- BERNARDO DA COSTA PACHECO, batizado em 27 de setembro de 1751 na freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté, bispado de Mariana.
 - 3 (III)- PEDRO DA COSTA PACHECO, batizado em 3 de julho de 1753 na freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté, bispado de Mariana.
 - 4 (III)- MANUEL DA COSTA PACHECO, batizado em 9 de fevereiro de 1756 na freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté, bispado de Mariana.

FONTES

ANDRÉ DE FONTES foi citado como um dos franceses que fugiram do Rio de Janeiro, à época da França Antártica, e que vivia casado na vila de São Vicente. Constou da declaração do francês Pero de Vila Nova, que se deu em 17 de janeiro de 1592, na cidade do Salvador. André de Fontes era católico. Desconheço se deixou geração.

⁴⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 3-78-2008. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana. Processo nº 107, armário 1.

⁵⁰ Arquivo da Cúria de Mariana. Processo nº 107, armário 1.

FURQUIM

- I- ESTÊVÃO FURQUIM (Stephen Fourquin, em francês?), natural de Lorraine, na França.⁵¹ Casou-se com SUSANA MOREIRA, filha do Capitão Mor Jorge Moreira e de sua mulher Isabel Velho, moradores na vila de São Paulo.⁵² Susana Moreira foi casada duas vezes, ignorando-se a ordem dos casamentos. É mais provável que tenha sido casada primeira vez com Estêvão Furquim (atrás citado), e segunda vez com o Capitão Mor Pedro Álvares Cabral, natural da Ilha de São Miguel, de quem deixou geração. De acordo com o genealogista Silva Leme, baseado em Pedro Taques, do casal Estêvão Furquim- Susana Moreira nasceu filho único:
- II- CLÁUDIO FURQUIM FRANCÊS, nascido por volta de 1585. Conforme constou do processo de *genere et moribus* de seu neto o Padre Félix Nabor de Camargo, no ano de 1683, nasceu em Nanci, ducado e província de Lorraine, França.⁵³ Desse processo consta que a testemunha João Marques, o Beijo, morador na vila de São Paulo, de 67 anos de idade, conhecera a Cláudio Furquim e que ele era “muito bom cristão, e temente a Deus”.

Aceitando como correta a naturalidade francesa de Cláudio Furquim, conforme declaração de seu neto o Padre Félix Nabor no processo acima, obviamente não seria filho de Susana Moreira, hipótese já levantada por Américo de Moura em fins da década de 40 do século XX.⁵⁴ Entretanto, poderia ser filho de Estêvão Furquim, que segundo Pedro Taques era o tronco dos Furquins, e vindo criança para São Paulo com seu pai.

Cláudio Furquim casou-se três vezes. A primeira com MARIA DA SILVA, falecida em 1616 na vila de São Paulo, filha de Mateus Leme e de Antônia de Chaves.⁵⁵ Maria da Silva fez testamento em 23 de junho de 1616 na vila de São Paulo, o qual recebeu o “cumpra-se” em 7 de julho do mesmo ano.⁵⁶ Segunda vez com MARIA PEDROSO, e terceira com ANA MARIA DE CAMARGO, filha do castelhano José de Camargo e de sua mu-

⁵¹ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VI: Furquins, p. 237.

⁵² LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VII: Garcias Velhos, p. 428.

⁵³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-2-27.

⁵⁴ MOURA, Américo de. *Os povoadores do Campo de Piratininga* (traços biográficos e genealógicos). In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. XLVII. P. 368.

⁵⁵ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. II: Lemes, p. 311.

⁵⁶ *Inventários e Testamentos*, vol. V, p. 109.

Iher Leonor Domingues, moradores na vila de São Paulo.⁵⁷ Com geração das três mulheres.

Em 1610 tinha sua loja de fazenda na vila de São Paulo. No ano de 1641, morador na vila de São Paulo, Cláudio Furquim declarou ser fiel ao Rei D. João IV.

Cláudio Furquim Francês deixou grande geração na cidade de São Paulo, que se espalhou pelos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Os Almeidas Prados, estudados pelo Dr. Barros Brotero, dele descendem, já que Lourenço de Almeida Prado era neto materno do Sargento Mor Cláudio Furquim de Abreu, e este, por sua vez, bisneto de Cláudio Furquim Francês.⁵⁸ Curiosamente, um ramo da família Almeida Prado persistiu com a combinação *Cláudio Furquim* por gerações.

Da família há de se ressaltar, ainda, dois livros genealógicos de grande interesse. O primeiro, de autoria de Roberto Menezes de Moraes: *O Casal Furquim Werneck e sua descendência* (de 1985) e o segundo de Mario Valladão Furquim e de sua filha Lelita Furquim: *De Estevão a Raul & a chácara* (da década de 1990), relembrando o tronco Estêvão Furquim.

GAMIM

- I- O francês ANTÔNIO GAMIM, natural de Paris, passou para Portugal, onde viveu. Ali se casou com BRÍZIDA BIRMÃO, natural da cidade de Lisboa, da freguesia de São Julião. Depois de viúva ela passou a morar na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires. Foram pais de (que se conseguiu descobrir através de documentos):

- II- LUZIA GAMIM, natural da cidade de Lisboa, tendo sido batizada na freguesia de Nossa Senhora das Mercês. Casou-se com GREGÓRIO DA SILVA, natural de São João de Longos Valos, termo de Valença do Minho, filho de João Fernandes, natural da freguesia de São João de Longos Vales e de Domingas Martins, natural da freguesia de Trovisco, aldeia de Vila Nova. Pais de, talvez entre outros:

⁵⁷ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. I: Camargos, p. 418.

⁵⁸ BROTERO, Frederico de Barros. *Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado: notas genealógicas*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938. 498 p.

- III- VERÍSSIMO DA SILVA, nasceu cerca de 1662 na freguesia da Sé da cidade de Lisboa. Habilitou-se em 1699 para se tornar familiar do Santo Ofício, tendo sido aprovado.⁵⁹ Tomou posse e jurou aos Santos Evangelhos do cargo de familiar no Colégio da Companhia de Jesus. Passou para a Capitania de São Vicente, Estado do Brasil, onde se casou com ISABEL COELHO DA FONSECA, natural da vila de Santos. Foram moradores na vila de São Vicente. Isabel Coelho da Fonseca era filha do Capitão Constantino Coelho Leite, natural da vila de Pinhel, na Beira, Portugal, e de Maria da Fonseca, natural da vila de Santos; neta paterna de João Coelho Leite e de Luísa de Andrade Pereira, naturais da vila de Pinhel, da freguesia da Trindade; neta materna do Licenciado Lucas Dias da Fonseca e de Margarida de Mendonça, natural da vila de Santos, da família dos Siqueiras, “gente nobre e limpa”, a qual era viúva de Luís de Almeida, homem tido por cristão-novo. O Licenciado Lucas Dias da Fonseca foi batizado em 15 de maio de 1591 na freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Oeiras (fls. 78), termo de Lisboa, filho de Clemente Jorge e de Águeda Dias.

Veríssimo da Silva foi testemunha no processo de habilitação ao Santo Ofício da mulher do Familiar Domingos Teixeira de Azevedo, D. Ana de Siqueira e Mendonça.⁶⁰ Ouvido em 15 de fevereiro de 1720 na vila de Santos, declarou ser natural da cidade de Lisboa, homem de negócio e lavrador, assistente e casado na vila de Santos, de 58 anos de idade.

Foram pais, entre outros, de:

- IV- GREGÓRIO DA SILVA, natural da vila de São Vicente, onde foi batizado em 29 de junho de 1687. Estudante no colégio do seminário de Belém, da cidade de Salvador da Bahia. Habilitou-se de *genere et moribus* em 1710.⁶¹

GURGEL

A família Gurgel não veio da França diretamente para São Paulo, mas através do Rio de Janeiro, de onde vieram dois netos de um francês, os cariocas BENTO DO AMARAL DA SILVA e seu irmão FRANCISCO DO AMARAL GURGEL, que para cá vieram por volta de 1687.

⁵⁹ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitações ao Santo Ofício. Maço nº 1. Diligência nº 7.

⁶⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitações ao Santo Ofício. Ana. Maço nº 1. Diligência nº 14.

⁶¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-3-62, de Gregório da Silva.

Em 1991 publiquei um artigo sobre a família Amaral Gurgel com o objetivo de fazer uma revisão crítica das primeiras gerações da família Amaral Gurgel no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Lages, quando esta cidade ainda pertencia à Capitania de São Paulo- hoje Estado de Santa Catarina.⁶² Pretendi mostrar o que havia encontrado de inédito em arquivos, auxiliando assim pesquisas futuras. Tornou-se, porém, inevitável nova publicação, com acréscimos e correções, quando realizei novas viagens para Portugal, depois de demoradas pesquisas em documentos então não compulsados, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Amaral Gurgel ou *Gurgel do Amaral*, apelidos combinados e sonoramente fortes, que resistem às ações do tempo por quatro séculos de ricas tradições, tiveram origem no casamento do francês Toussaint Gurgel com a carioca Domingas de Arão (do Amaral) em princípios do século XVII na cidade do Rio de Janeiro. Em livros, a mais antiga referência a essa família, e que ainda serve de base para historiá-la, é a de Pedro Taques que nos informa que Toussaint (ou Tucen, lendo-se *Tuçân*) Gurgel veio para o Brasil como cabo de uma armada francesa, sendo preso em Cabo Frio, por comerciar pau-brasil, pelo destemido João de Sousa Pereira de Botafogo.⁶³ Escreveu ainda Pedro Taques que, na dúvida, fora Toussaint pai de Mécia de Arão Gurgel, casada com o Coronel José Nunes do Amaral, moradores na cidade do Rio de Janeiro e pais do Sargento Mor Bento do Amaral da Silva, tronco dos Amarais Gurgéis de São Paulo e do Sul do país.⁶⁴ Estas informações de Taques foram certamente obtidas junto aos filhos do dito sargento mor em meados do século XVIII, as quais foram acompanhadas em parte pelos genealogistas que se lhe seguiram. Silva Leme⁶⁵, por exemplo, apenas acrescenta, e erroneamente, o nome da mulher de Toussaint, nomeando-a Isabel do Amaral, engano esse que se pode atribuir às árvores de costados do Cônego Roque de Macedo Leme.⁶⁶

O primeiro a discordar de Pedro Taques, Silva Leme e do

⁶² BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *A Família Amaral Gurgel (revisão crítica e contribuições genealógicas)*. In Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo: IMESP, 1991, pp. 645-683.

⁶³ LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. Vol. II, p. 23.

⁶⁴ LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Op. cit.*, vol. I, pp. 121 e 122.

⁶⁵ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VI: Godoys, pp. 121 a 123.

⁶⁶ LEME, Roque de Macedo. *As árvores de costado do cônego Roque de Macedo Leme*. In Biblioteca Genealógica Brasileira, volume nº 10, comentadas pelo Coronel Salvador de Moya- árvore de nº 44, publicação do Instituto Genealógico Brasileiro.

Cônego Roque de Macedo foi o genealogista fluminense Carlos G. Rheingantz, que à frente do Colégio Brasileiro de Genealogia publicou no ano de 1965 dois volumes das "*Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*". Servido de ampla documentação paroquial, o estudo da família Amaral Gurgel, por Rheingantz, passou então a ser o mais aceito. Ele esclareceu o nome da mulher de Toussaint Gurgel, Domingas de Arão (do Amaral), e corrigiu Taques ao substituir o nome de José Nunes do Amaral (que aliás não constou em documentos ser *coronel*) por José Nunes da Silva. O único lapso de Rheingantz, talvez, tenha sido o de não dar a devida atenção ao maior genealogista brasileiro, Pedro Taques, pois ao se referir a três irmãs do já citado Bento do Amaral da Silva, que foram freiras em Lisboa, dá como fonte Silva Leme, quando o correto seria mencionar Pedro Taques, o primeiro depositário destas notícias, e mais, não relacionar Francisco do Amaral Gurgel como irmão do Bento, cujo Francisco deixou geração em Paraty. Mas, justiça seja feita, a pesquisa levada a cabo por Rheingantz e pela equipe do Colégio Brasileiro de Genealogia trouxe novas luzes para melhor compreensão da origem e formação dos Amaraís Gurgéis.

Restam dúvidas quanto a origem de Domingas de Arão (do Amaral). Quem seriam seus pais? De onde viria o apelido "Amaral"? E qual a origem do apelido "Arão"? Espanhol, francês, ou português mesmo? Perguntas que até o momento não podem ser respondidas, simplesmente por falta de documentação. Houve a "tentativa" de Heitor Gurgel, que apenas lançou mais confusão na origem de Domingas de Arão, afirmando, sem exibir documento algum, que Toussaint Gurgel era natural da Alsácia, filho de pai alemão e de mãe francesa, e que se casara no Rio de Janeiro com Domingas de Arão, a qual era filha de Dom Antônio Diogo do Amaral e de Micaela de Jesus Arão.⁶⁷ Essas afirmações não podem ser levadas a sério porque Heitor Gurgel pretendeu, ao que consta, escrever um romance histórico sem se ater forçosamente às considerações histórico-genealógicas. Por exemplo, o casal Dom Antônio Diogo do Amaral- Micaela de Jesus Arão não aparece em nenhum documento carioca. O lamentável é que Heitor Gurgel tenha influenciado o Coronel Salvador de Moya e o Dr. Carlos Fouquet⁶⁸, e mais recentemente o engenheiro Aldysio Gurgel do Amaral.⁶⁹ Portanto, ainda persiste o mistério da origem da família Amaral do Rio de Janeiro.

⁶⁷ GURGEL, Heitor. *Uma Família Carioca do Século XVI*. Rio de Janeiro: Editora São José, 1964.

⁶⁸ FOUQUET, Carlos. *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*, edição especial da *Revista Genealógica Latina*. Subsídios Genealógicos. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro/ Instituto Hans Staden, 1967, vol. V, p. 794.

⁶⁹ AMARAL, Aldysio Gurgel do. *Na trilha do passado*- Genealogia da Família Gurgel, Fortaleza (CE): Tipografia Minerva, 1987.

ro, e isto se constitui em um verdadeiro desafio que deixou cair em tentação uma longa série de genealogistas no decorrer do tempo.

Já antes do final do século XVII a família Amaral Gurgel era sinônimo de nobreza. Basta dizer que quando um membro da família se habilitou em 1711 ao Santo Ofício, nenhuma exigência se fez quanto à pureza do sangue Amaral Gurgel, já que se tratava das melhores famílias do Rio de Janeiro, como atestou o Padre Estevão Gandolfi.⁷⁰ Antes, em 1705, um bisneto do casal Toussaint Gurgel-Domingas de Arão, Cláudio Gurgel do Amaral (o 2º) recebeu carta de brasão de armas dos Amarais por ser descendente dos verdadeiros Amarais do Reino de Portugal.⁷¹ Pleitearam e obtiveram também o brasão dos Amarais: José Corrêa do Amaral Gurgel, Francisco Carvalho da Cunha e Amaral⁷², José Viana do Amaral Rocha, Francisco do Amaral Gurgel⁷³ e Baltasar da Fonseca de Amaral Gurgel⁷⁴. Observar que (em minha opinião) o brasão concedido aos Gurgéis não deve ser levado em consideração, já que o Cartório de Nobreza teria confundido *Gurgel* com *Gorjão*. O brasão dos Amarais: "em campo de ouro seis crescentes azuis com as pontas para baixo em duas palas".

Toussaint Gurgel era de nação francesa, conforme constou da justificação de nobreza de José Viana do Amaral e Rocha, o qual mostrou ser trineto (e também quarto neto) de:⁷⁵

Toussen Gurgel natural do Reino da França, e morador no Rio de Janeiro, e de sua mulher Domingas de Arão do Amaral natural do Rio de Janeiro e do ramo dos Amarais, que se estabeleceu naquela cidade, dos quais terceiros

⁷⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitação ao Santo Ofício, ano 1713, maço nº 21, habilitação nº 347- de José Corrêa do Amaral (Gurgel).

⁷¹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VI: Godoys, pp. 121 a 123.

⁷² Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Arquivo dos Feitos Findos. Justificação de Nobreza de Francisco Carvalho da Cunha e Amaral, ano de 1757. Maço 10, doc. nº 29.

⁷³ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Arquivo dos Feitos Findos. Justificação de Nobreza de Francisco do Amaral Gurgel, ano de 1769. Maço 5, doc. nº 4.

⁷⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Arquivo dos Feitos Findos. Justificação de Nobreza de Baltasar da Fonseca de Amaral Gurgel, ano de 1768. Maço 5, doc. Nº 2.

⁷⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Arquivo dos Feitos Findos. Justificação de nobreza de José Viana do Amaral e Rocha, ano de 1763. Maço nº 22, doc. nº 29.

avós do suplicante procedem todos os Gurgéis e Amarais deste Reino.

Nomeado Tocem Grogel na habilitação de *genere* de seu neto Francisco de Amaral Roxas, apenas constou ser francês.⁷⁶ Sua mulher Domingas de Arão ainda era viva. Foram qualificados como cristãos-velhos na provança.

Sua naturalidade consta do processo de *genere et moribus* de Cláudio Gurgel do Amaral (o 1º), de uma petição apresentada em 22 de outubro de 1707, conforme segue:⁷⁷

Diz Cláudio Grugel de Amaral natural desta cidade batizado na pia da Sé, filho legítimo do Capitão João Batista Jordão natural da Azinhaga termo de Santarém Arcebispado de Lisboa e de Ângela de Arão do Amaral natural desta cidade; neto por parte paterna de Antônio Nunes da Silva, e de sua mulher Maria Jordão da Silva, naturais da mesma Azinhaga, e pela materna neto de Tocem Grugel francês de nação natural de Ave de Gracia e de Domingas de Arão do Amaral natural desta cidade que ele quer ser promovido às ordens sacras de subdiácono, diácono, e presbítero, em razão de ter já os quatro graus das ordens menores; E porque é necessário preceder inquirição de genere para satisfação dela oferece a carta demissória de Reverendas que alcançou nesta diocese, pela qual consta da limpeza de seu sangue, e de como é clérigo in minoribus ... do mais necessário para a dita promoção, por tanto.

Pede a Vossa Ilustríssima lhe faça mercê e graça, visto o alegado mandar que seja admitido à matrícula para as ditas ordens sacras.

Esperando Receber Mercê

Pedro Taques escreveu que Toussaint Gurgel era cabo de uma armada francesa nas costas do Rio de Janeiro e teria sido aprisionado em fins do século XVI ou em princípios do XVII em Cabo Frio por estar comerciando pau-brasil, tendo por menagem a cidade do Rio de Janeiro.⁷⁸ Dessa informação não há a menor prova ou documentação, embora verossímil. Extremamente curiosa é a informação existente na habilitação ao Santo Ofício, no

⁷⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Processo de *genere et moribus*, não catalogado, de Francisco de Amaral Roxas, ano de 1674.

⁷⁷ Arquivo Histórico Imperial da Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (cidade do Rio de Janeiro). Processo de *genere et moribus* de Cláudio Gurgel do Amaral (o 1º), ano de 1707.

⁷⁸ LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Op. cit.*, vol. II, p. 23.

ano de 1755, de seu descendente Antônio Félix de Mendonça Arrais de Almada.⁷⁹ Ali constou que Toussaint Gurgel era francês e pirata na costa do Brasil, o qual foi apanhado por João de Sousa Botafogo e por ele batizado, e dele procedem os Gurgéis e Amarais do Brasil, segundo declaração do Comissário Frei Paulo do Nascimento. É muito provável que o seu informante tivesse sido o genealogista Pedro Taques de Almeida Pais Leme, que naquele ano de 1755 estava em Lisboa.

Na cidade do Rio de Janeiro casou-se por volta de 1605 com DOMINGAS DE ARÃO, ou Domingas de Arão do Amaral, a qual, de acordo com a mesma justificação de nobreza (mesma referência anterior) seria natural do Rio de Janeiro, onde teria nascido por volta de 1585, e falecida depois de 1654.⁸⁰ Assim, seus pais teriam sido dos primeiros povoadores e conquistadores do Rio de Janeiro, o que torna os Amarais Gurgéis uma família carioca quatrocentona. Esses primitivos habitantes do Rio de Janeiro eram predominantemente portugueses vindos diretamente do Reino de Portugal (do continente ou da ilhas), ou portugueses da Capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo).

Toussaint Gurgel e sua mulher Domingas de Arão foram pais, entre outros, do PADRE FRANCISCO DO AMARAL GURGEL, nascido por volta de 1610, talvez no Rio de Janeiro, onde faleceu em 6 de dezembro de 1691. Foi celebrante do batizado de seu sobrinho Bento do Amaral da Silva e de muitos outros sobrinhos e sobrinhos netos. Foi administrador do Bispado do Rio de Janeiro.

Do mesmo casal foi neto o Licenciado, depois PADRE CLÁUDIO GURGEL DO AMARAL (o 1º), que doou terreno para construção da igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Glória. Da patente de capitão do Forte de Nossa Senhora da Glória da Praia da Carioca, cidade do Rio de Janeiro, passada em 12 de março de 1703 da cidade do Rio de Janeiro, pelo Governador D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, depreende-se que Cláudio Gurgel do Amaral (o 1º), neto do francês Toussaint Gurgel defendeu sua pátria dos franceses que atacaram o Rio de Janeiro.⁸¹ Esta carta patente foi confirmada em 13 de outubro de 1704 pela Regente do Reino de Portugal, a Rainha da Inglaterra D. Catarina, a qual determinou que não haveria soldo algum.⁸² Anteriormente, em 14 de agosto de 1682, passou-se provisão de procurador

⁷⁹ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitações ao Santo Ofício. Habilitações incompletas. Doc. nº 341.

⁸⁰ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*- Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. Volumes I, p. 117; II, p. 324.

⁸¹ Arquivo Nacional [do Rio de Janeiro], Códice 77, volume 15, fls. 104v a 109.

⁸² Arquivo Nacional [do Rio de Janeiro]. Códice 77, vol. 17, fls. 169 a 170v.

da Coroa e Fazenda Real ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, passada pelo governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves.⁸³ Foi provido, depois, no ofício de provedor da Fazenda Real, o que aparentemente não se efetivou, visto que estava impedido de exercitar em razão de estar culpado na morte de Pedro de Sousa Pereira.⁸⁴ Em escritura passada em 20 de junho de 1699, o Padre Cláudio Gurgel do Amaral doou terras para a Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, em cujas terras foi construída a igreja da Glória.

De Toussaint Gurgel e de sua mulher Domingas de Arão foram netos os cariocas SARGENTO MOR BENTO DO AMARAL DA SILVA e o CORONEL FRANCISCO DO AMARAL GURGEL, ambos naturais da cidade do Rio de Janeiro.⁸⁵ Este último, por ocasião da invasão francesa na cidade do Rio de Janeiro, deu provas de seu patriotismo e de seu valor, ao fortificar e armar Paraty, provável alvo dos franceses, com cento e vinte escravos seus, todos armados para a defesa da vila, fazendo várias trincheiras e pondo nelas três peças de artilharia, montando-as à sua custa, havendo-se sempre com singular valor, animando a todo o povo. Este seu desempenho valeu-lhe rasgados elogios e a patente de coronel com o exercício de capitão mor das Ordenanças de Paraty, por nomeação passada em 12 de dezembro de 1710.⁸⁶ Um ano depois, sabendo que Duguay-Trouin invadira a cidade do Rio de Janeiro, saiu em disparada ao Rio à frente de mais de 500 homens armados à sua custa para defender a cidade invadida, já então em mãos do corsário francês.

Ainda do mesmo casal foi bisneto o Procurador da cidade de Lisboa, DR. CLÁUDIO GURGEL DO AMARAL (o 2º), grande responsável pela construção do aqueduto da cidade de Lisboa (ainda hoje existente).⁸⁷ Este último fez leitura de bacharéis no ano de 1704 na cidade de Lisboa.⁸⁸

JAUFFRET

⁸³ Arquivo Nacional [do Rio de Janeiro]. Códice 60, vol. 5, fls. 249 e 249v.

⁸⁴ Arquivo Nacional [do Rio de Janeiro]. Códice 60, vol. 5, fls. 228 e 228v.

⁸⁵ Estou a preparar um trabalho de grande fôlego sobre a família Amaral Gurgel, motivo pelo qual não me estenderei neste artigo.

⁸⁶ Arquivo Nacional [do Rio de Janeiro]. Códice 77, vol. 22, fls. 134v a 135v.

⁸⁷ De Cláudio Gurgel do Amaral (o 2º) é descendente o Professor Dr. Nuno Canas Mendes, amigo e distinto genealogista português.

⁸⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis, letra C, maço 1, doc. 35.

Ambrósio da Pena Jauffret, ou, em francês, Ambroise Jauffret, fez um relato, em 20 de junho de 1704 da Ilha de Caiena, atual capital da Guiana Francesa, no norte da América do Sul. Essa narrativa foi dirigida ao Primeiro Ministro do Reino da França, o Sr. Conde de Pontchartrain, informando-o sobre toda a região do Rio de Janeiro até o Rio da Prata, na província do Brasil pertencente ao Reino de Portugal.⁸⁹ É visível a intenção de dar informações aos franceses para que estes atacassem a cidade do Rio de Janeiro, o que, de fato, aconteceu poucos anos depois. A informação foi encaminhada por via do Sr. Marquês de Ferol, governador de Caiena, indo de Lisboa no navio L'Amazonne a socorrer a fome da praça de Guiana, por patente do Sr. Embaixador de Portugal.⁹⁰

De acordo com o relato, chegara ao Brasil, mais exatamente ao Rio de Janeiro, “porto do mar no Brasil” em 15 de maio de 1673, a chamado de seu tio Marcq Jauffret, senhor de engenho, em uma charrua portuguesa que saiu de Lisboa em 25 de março do mesmo ano, governando a praça do Rio de Janeiro o General João da Silva de Sousa. Esse seu tio, Marc Jauffret, faleceu em 21 de dezembro de 1674 na cidade do Rio de Janeiro (Candelária, 2º, fls. 20), deixando viúva Leonor Morgado, a qual era irmã de Grácia Morgado, de Paula Vieira e de Tomé de Lucena. Leonor Morgado faleceu em 23 de setembro de 1675 na cidade do Rio de Janeiro (Candelária, 2º, fls. 22v).⁹¹

Por falecimento de seu tio, e ainda conforme seu relato, passou para a vila de São Paulo, onde se casou, tendo de idade menos de 17 anos. E até o dia 25 de março de 1703, em que saiu do Rio de Janeiro com dois navios de Saint Malo que vinham do mar do Sul, sempre esteve com os portugueses e, em particular, em todas as vilas da Capitania de São Vicente, cuja estada fora de 30 anos.

Consoante seu relato, nasceu cerca de 1655 e casou-se cerca de 1674-1675 na vila de São Paulo. Ignoro com quem. Declarou ser natural da cidade de Marselha, que foi secretário da câmara da vila de São Paulo pelo espaço de 5 anos, e que era sogro de Leandro Soares. Teria morrido no final de 1715, durante uma viagem à França.

Consultando os registros da câmara de São Paulo, verifica-se que, em 23 de fevereiro de 1679, da vila de São Paulo, foi provido no ofício de tabelião por Diogo Pinto do Rego, capitão mor da capitania.⁹² Foi escrivão da câmara da vila

⁸⁹ Era conde de Pontchartrain Monsieur Jérôme Phélypeaux (1674-1747).

⁹⁰ Archives Nationales Paris. Colonies C¹⁴ 4, ff. 245-250v. *Apud* MANSUY, Andrée. *Mémoire Inédit d'Ambroise Jauffret sur le Brésil à l'époque de la découverte des mines d'or (1704)*. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1965.

⁹¹ RHEINGANTZ, Carlos G. *Op. cit.*, Vol. II, p. 362.

⁹² *Registro Geral da Câmara de São Paulo*. Vol. III, p. 211.

de São Paulo, ao menos de 1680 a 1681. Foi provido escrivão da câmara em 24 de janeiro de 1681.⁹³

JOFFRE⁹⁴

- I- LUÍS JOFFRE e sua mulher ANA RUSEA eram naturais do Reino da França, onde viveram e tiveram, talvez entre outros, a:
- II- PEDRO JOFFRE, natural do Reino da França. Casou-se em 1756, na matriz da vila de Guaratinguetá, com CATARINA DIAS DE OLIVEIRA, filha de Salvador Dias de Oliveira, nascido por volta de 1700 e de sua mulher Maria Corrêa da Fonseca, ou Maria Portes, nascida por volta de 1710; neta paterna de Manuel Dias Morgado e de sua mulher Maria da Silva (moradores em Guaratinguetá, já falecidos em 1745); neta materna de Manuel Adorno de Sampaio (filho de Diogo Adorno de Sampaio e de sua mulher Inês Monteiro de Alvarenga) e de sua mulher Leonor da Fonseca Pinto. Com grande geração no Vale do Paraíba, em especial na cidade de Lorena, onde muitos de seus descendentes assinaram *de Franca* ou *de França*. Entre outros filhos tiveram a:
- III- JOAQUIM JOFFRE, natural de Guaratinguetá. Casou-se com QUITÉRIA DA SILVA, filha de André Veloso e de sua mulher Ana Maria da Ressurreição; neta paterna de Antônio Veloso da Costa (tio dos padres Luís Justino Velho Columbreiro e José Lopes de Aguiar Romeiro) e de sua mulher Domingas da Silva Barbosa; neta materna de Manuel Pinto da Cruz, português, juiz ordinário em Guaratinguetá em 1758, e de sua mulher Antônia Maria da Silva.⁹⁵

LAMBERTO

PEDRO LAMBERTO fez testamento em 6 de outubro de 1725 na vila de Santos, escrito pelo tabelião João da Veiga.⁹⁶ Era natural do Reino da França, da província de Anjou, filho de João Lobo e de Catarinaina, já defuntos. Pediu

⁹³ *Registro Geral da Câmara de São Paulo*. Vol. III, p. 284.

⁹⁴ Informações creditadas ao Dr. H. V. Castro Coelho.

⁹⁵ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. III: Raposos Góis, p. 55.

⁹⁶ Arquivo do Estado de São Paulo. Nº de ordem: CO 5463. Juízo dos Resíduos.

para serem seus testamenteiros ao Capitão Mor Diogo Pinto do Rego, ao Capitão Veríssimo da Silva e a Tomé Teixeira de Carvalho. Pediu para seu corpo ser sepultado no convento de Santo Antônio da vila de Santos, no hábito da mesma religião. Declarou ser casado na vila de Santos com MARIA DA PAZ BOTELHO PINTO, natural da mesma vila, sem filhos. Não tinha herdeiro algum.

Era senhor de um sítio no porto de Santo Amaro com mais ou menos 250 braças de terras, e mais adiante, partindo com terras de Luís de Siqueira, mais 100 braças de terras que comprara a Paulo Corrêa. Da banda do mar largo, na paragem chamada *buturucha* tinha 180 braças de terras. Possuía uma morada de casas térreas de taipa de mão junto da igreja matriz da vila de Santos, que partia com casas de Sebastião Pereira e da outra com casas de Inácio de Sousa. Era senhor de 7 peças do gentio da Guiné.

LESCURA BANHER

- I- JOÃO casou-se com LUÍSA DE VALUET, ambos naturais do bispado de Cahors, Reino da França, onde sempre assistiram e faleceram. Foram pais de:
- II- NICOLAU LESCURA BANHER, nasceu em 17 de abril de 1702 na freguesia de Santiago (Saint Jacques, em francês), cidade de Cauça, bispado de Cahors, Reino da França. Batizado na mesma freguesia em 20 do mesmo mês; foram seus padrinhos Nicolau Valuet e Margarida Descarde.

Assistente em Lisboa, onde foi mestre da língua francesa. Casou-se em outubro de 1747 na cidade de Lisboa, na freguesia de São Julião, com ANA MARIA DE SÃO JOSÉ, nascida e batizada na freguesia de São Nicolau, corte de Lisboa, irmã inteira do Padre Matias Rodrigues da Costa, também natural da freguesia de São Nicolau.

Conforme constou do processo de *genere* do Padre Matias Rodrigues da Costa, trasladado no processo de seu sobrinho Manuel Lescura Banher, Matias Rodrigues da Costa era filho de Simão da Costa⁹⁷, batizado em 15 de janeiro de 1690 (fls. 106) na freguesia de São Julião, e de sua mulher (casados em 15 de fevereiro de 1716 na freguesia de São Nicolau da cidade de Lisboa) Luísa Maria Ferreira, batizada em 18 de maio de 1687 na freguesia de São Julião. Neto paterno de Antônio da Costa Rodrigues, natural da freguesia de São José da cidade de Lisboa, e de Lourença Maria Cardoso, natural da freguesia de São Julião da vila de Setú-

⁹⁷ Simão da Costa era irmão inteiro do Padre Fernando Monteiro, habilitado de *genere* no Juízo Eclesiástico de Lisboa.

bal. Neto materno de Pantaleão Rodrigues, natural da freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Serra da Enxara do Reino, termo de Torres Vedras, familiar do Santo Ofício, e de Ana Maria Ferreira, natural da freguesia de São Julião da corte de Lisboa.

Pais de, ao menos:

- 1 (III)- FRANCISCO LESCURA BANHER, que segue.
- 2 (III)- CÔNEGO MANUEL LESCURA BANHER, nasceu na freguesia de Santos Velhos da cidade e corte de Lisboa. Nessa freguesia foi batizado em 12 de março de 1758 (fls. 140v). Em 30 de setembro de 1775 serviu de testemunha para o processo de banhos de seu irmão Francisco Lescura Banher. Foi qualificado como sendo morador na cidade de São Paulo, onde vivia a serviço do Bispo; tinha de idade 17 para 18 anos. Manuel habilitou-se de *genere et moribus* em 1777.⁹⁸ Conforme as pesquisas de Marcondes de Moura, o Padre Manuel foi vigário de Guaratinguetá de 1783 a 1790, tendo sido nomeado cônego do Cabido da Sé de São Paulo em 1790; faleceu em 1816 na cidade de São Paulo.⁹⁹
- 3 (III)- MARIA TERESA BÁRBARA DA LUZ. Casou-se com JOÃO ANTÔNIO FERREIRA. Foram moradores na cidade de Lisboa, na rua dos Galegos, entre as igrejas de São Roque e dos Padres do Carmo. Conforme constou da citada obra de Marcondes de Moura, foram pais, de, ao menos: JOSÉ FAUSTINO FERREIRA, natural de Lisboa, que se casou em 1818 em Cunha com MARIA ONISTARDA GALVÃO DE FRANÇA, da mesma família de sua tia Maria Nogueira França; com geração.

- III- FRANCISCO LESCURA BANHER, natural da freguesia de São Nicolau da cidade de Lisboa, onde nasceu cerca de 1753. Passou para o Brasil, cerca de 1772, diretamente da cidade de Lisboa para o Bispado de São Paulo, conforme declarou em seus banhos.¹⁰⁰ Ouvido em 9 de novembro de 1775 na vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, declarou ter mais ou menos 22 anos de idade. Escreveu um apontamento, juntado ao processo, onde se

⁹⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-54-431.

⁹⁹ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaratinguetá*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 317.

¹⁰⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 5-39-1086, fls. 17 a 28v.

verifica ser homem de boa gramática e de excelente letra, com assinatura muito bonita. Vivia no Brasil havia três anos.

Sua noiva, MARIA NOGUEIRA FRANÇA, consoante os banhos, era natural da vila de Guaratinguetá, onde foi batizada em 24 de fevereiro de 1759, tendo sido seus padrinhos o Sargento Mor Antônio Galvão (avô materno) e Maria Piza, viúvos, todos dessa freguesia. Ela era filha de Manuel Nogueira da Silva e de Isabel Leite de Barros, dos Galvões de França de Guaratinguetá.¹⁰¹ O casamento ocorreu no mesmo ano, 1755, na vila de Guaratinguetá.

Deste casamento, conforme seu testamento, deixou os seguintes filhos: ANA LESCURA FRANÇA (mulher do CAPITÃO MANUEL JOSÉ DA SILVA REIS), TEODORA, MARIA, MANUEL, FRANCISCO, ANTÔNIO e MANUEL.

Conforme escreveu o Professor Marcondes de Moura:¹⁰²

Em 1776 requeria Francisco Lescura Banher ao Rei D. José I licença para ausentar-se da vila de Guaratinguetá, onde residia, a fim de partir para o Reino com sua mulher, com o objetivo de fazer companhia aos pais, que eram de idade avançada.¹⁰³ Em 15 de abril de 1786 era nomeado tenente agregado à Companhia de Cavalaria de Ligeiros de Guaratinguetá.¹⁰⁴

Associado ao Tenente Francisco Belarmino de Assunção requereu sesmaria na paragem chamada o Ribeirão do Jacu, em Lorena, onde pediu “duas léguas de testada, principiando aonde se terminam as posses de Manuel Antônio Mota, correndo a testada pelo rio Paraíba até onde findarem as ditas duas léguas com seu sertão até o alto da Serra Mantiqueira”. Ouvidos os pareceres da câmara de Guaratinguetá e do Procurador da Coroa, foram os dois atendidos, por carta passada em 11 de setembro de 1790.¹⁰⁵

O Tenente Francisco Lescura Banher ocupou o cargo de escrivão do Juízo Eclesiástico da Vara de Guaratinguetá, conforme suas declarações no censo de 1792: “Possui morada de casas (duas), um sítio, vive de ser escrivão da Igreja”.

¹⁰¹ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. III: Prados, p. 127.

¹⁰² MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁰³ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial, VII: 70, nº 2732, 1954.

¹⁰⁴ Arquivo do Estado de São Paulo. Livro nº 22 de *Patentes, Sesmarias e Provisões*, fls. 147v.

¹⁰⁵ *Idem*, Livro nº 25, fls. 76v.

Francisco Lescura Banher fez testamento em 6 de outubro de 1797 na vila de Guaratinguetá, enfermo, mas em seu perfeito juízo, escrito pelo Reverendo Padre Francisco das Chagas Lima. Pediu para serem seus testamenteiros, em primeiro lugar ao genro, o Capitão Manuel José da Silva Reis, em segundo ao cunhado Domingos Nogueira França, e em terceiro ao compadre o Tenente Francisco da Silva Barros e Abreu. Pediu para seu corpo ser sepultado no hábito de São Francisco, levado ao esquife da fábrica, e sepultado na igreja matriz da vila de Guaratinguetá.

Declarou ser natural da freguesia de São Nicolau da cidade de Lisboa, filho de Nicolau Lescura Banher e de sua mulher Ana Maria de Jesus, já falecidos. Declarou ser devedor, na cidade de Lisboa, da quantia de 60\$000 (sessenta mil réis) a João José Maria Monteverde.¹⁰⁶ Este senhor residia, de 1762 a 1764, mais ou menos, conforme dissera em seu testamento, ao pé da freguesia de São Paulo, defronte à casa da Moeda. Era genovês de nação, homem de negócio e tinha um armazém de livros ao Poço dos Negros, por baixo do Palácio de D. Antônio, chamado a “Flor da Murta”, segundo se lembrava.¹⁰⁷

Deixava 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) de esmola a sua irmã Maria Teresa Bárbara da Luz, mulher de João Antônio Ferreira, moradores na cidade de Lisboa, à rua dos Galegos, entre as igrejas de São Roque dos Padres do Carmo.

Era homem de negócios, a considerar o grande número de pessoas que tinham conta com ele. Entre os quais seu irmão, o Cônego Manuel Lescura Banher e o Tenente Francisco da Silva Barros e Abreu, o qual era irmão de um tal de Tomé, que faleceu com inventário na vila de Paraty.

Seu testamento foi aprovado em 8 de novembro de 1797 na vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, e foi aberto em 29 de novembro de 1797 na mesma vila.

MISSEL

JOÃO MISSEL GIGANTE. Ao que parece, antes de seu nome ser “aportuguesado”, assinava João Messer e, possivelmente pelo seu corpo avantajado, era denominado João Messer Gigante. Sabe-se que era estrangeiro e supõe-se fosse

¹⁰⁶ Era pentavô de Nuno Krus Abecassis (1929-1999), presidente da Câmara de Lisboa. Conforme consta da página do site www.geneall.net/P, vista em março de 2009: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=115463

¹⁰⁷ “Flor da Murta” era a amante do Rei D. João V, D. Luísa Clara de Portugal.

francês. Passou para a Capitania de São Vicente e passou a residir na vila de São Paulo. Seus descendentes adotaram o apelido Missel.

Compareceu aos ajuntamentos da câmara em 1584, 1588, 1592, 1593, etc.¹⁰⁸ Teve prosperidade em São Paulo. Faleceu por volta de 1600, crê-se que viúvo, e foi inventariado nessa vila.¹⁰⁹ Serviram como curadores de seus filhos o referido Pedro Álvares, tio dos órfãos, e, depois de 1609, o genro Estevão Ribeiro de Alvarenga.¹¹⁰

João Missel casou-se com ISABEL GONÇALVES, a qual nasceu cerca de 1567. Ao se casar, em 1583, era órfã, filha de “*Marcos Fernandes o velho que Deus tem*”. Obteve em 1584, da câmara, carta de chãos na vila “*junto a sua sogra Maria Afonso*”.¹¹¹

Isabel Gonçalves teve irmãos em São Paulo, entre os quais Pedro Álvares, o moço, da governança, falecido em 1609¹¹², o Capitão Simão Álvares Martins, chefe bandeirante e juiz ordinário em 1627¹¹³ e Marcos Fernandes (crê-se irmão por parte paterna), já adulto em 1579¹¹⁴, nomeado meirinho da ouvidoria em 1616, pelos muitos serviços feitos à Sua Magestade nestas partes do Brasil.¹¹⁵

MOLEM¹¹⁶

I- JOÃO MOLEM, natural da França. Casou-se por volta de 1703, possivelmente na vila de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, com TOMÁSIA DE ALVARENGA MOREIRA, natural da vila de Nossa Senhora da Conceição da Ilha Grande. Esta senhora poderia ser irmã do Padre Valério Carvalho, o qual era filho do Alferes André Carvalho e de sua mulher Maria de Caldas e Almeida, a qual era filha do Capitão Antônio de Caldas Telo e de sua mulher Tomásia de Alvarenga. Este último casal, em 18 de mar-

¹⁰⁸ *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, vol. I, pp. 244, 345, 448, 479, etc..

¹⁰⁹ *Registro Geral da Cidade de São Paulo*, vol. I, p. 82.

¹¹⁰ *Inventários e Testamentos*, vol. II, pp. 383, 439 e 442.

¹¹¹ *Registro Geral da Cidade de São Paulo*, vol. I, p. 2.

¹¹² *Inventários e Testamentos*, vol. II, p. 381.

¹¹³ *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, vol. III, p. 253.

¹¹⁴ *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, vol. I, p. 133.

¹¹⁵ *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, vol. II, p. 381. *Inventários e Testamentos*, vol. IV, p. 113.

¹¹⁶ Informações creditadas ao Dr. H. V. Castro Coelho.

ço de 1692, em suas pousadas, fez escritura de dote de casamento em favor de sua filha Maria de Caldas e Almeida, mulher do Alferes André Carvalho.¹¹⁷ Maria de Caldas e Almeida, ou Maria de Caldas de Alvarenga, deve ter sido casada primeira vez com o Capitão Luís da Costa Cabral, filho do Capitão Luís da Costa Cabral e de sua mulher (casados em 29 de abril de 1632 na Sé de São Paulo, fls. 1) Luísa Moreira.

Foram pais, entre outros, de:

- 1 (II)- JOSEFA DE ALVARENGA MOREIRA, natural da vila de Angra dos Reis, bispado do Rio de Janeiro. Casou-se com o ALFERES FRANCISCO DA SILVA BARROS DE ABREU, nascido por volta de 1700 na vila de Pindamonhangaba, filho de Antônio de Barros Abreu, natural da vila de Mogi das Cruzes e de sua mulher Maria Bicudo Leite, natural da vila de Guaratinguetá, esta filha do Capitão Henrique Tavares da Silva e de sua mulher Mariana Bicudo.¹¹⁸ Foram pais de, entre outros: MANUEL DA SILVA BARROS, nascido pelos anos de 1730 em Paraty, habilitado de *genere et moribus* em 1755 no Rio de Janeiro, com investigação também em São Paulo.¹¹⁹
- 2 (II)- JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO, que segue.
- II- JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO. Casou-se com CATARINA PEREIRA DE ROMA, batizada em 13 de março de 1713 na vila de Paraty, filha de João Peres de Gusmão, natural da vila de Guaratinguetá, e de sua mulher Margarida Pereira, natural da vila de Paraty, lavradores com sua roça em Paraty. José Moreira de Carvalho e sua mulher Catarina Pereira viviam de suas lavouras e foram pais de, entre outros:
- III- ÂNGELA DIAS PEREIRA, natural da vila de Paraty, bispado do Rio de Janeiro, tendo sido batizada nessa vila, na sua igreja matriz, em 4 de fevereiro de 1743; foram seus padrinhos: Mateus Rodrigues da Silva, solteiro, e Josefa de Alvarenga, mulher de Francisco de Barros de Abreu, todos da freguesia de Paraty. Ângela Dias casou-se em 18 de janeiro de 1766 na igreja de Paraty com JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA, natural da freguesia de Santo Amaro, cidade de São Paulo, onde exerceu o ofício de ferreiro, filho de José da Silva Teixeira, natural da freguesia de Santo Amaro, onde

¹¹⁷ Arquivo do Estado de São Paulo. Código 12031. Livro do tombo do Convento da Ilha Grande.

¹¹⁸ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VI: Bicudos, p. 443.

¹¹⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-30-264.

foi batizado em 27 de novembro de 1717 (fls. 92) e de sua mulher Delfina de Pontes, batizada em 13 de agosto de 1720 na mesma freguesia de Santo Amaro (fls. 101). José e sua mulher Delfina, conforme constou de seus assentos de batismos, eram ambos expostos e desta maneira foram qualificados quando se casaram, em 29 de outubro de 1738 na mesma freguesia de Santo Amaro. Foram pais, entre outros, de:

- IV- ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO, nascido na cidade de São Paulo, habilitado de *genere et moribus* em 1810 em São Paulo.¹²⁰

NOVILHER

- I- DIONÍSIO DE NOVILHER. Casou-se com D. JAQUETA D'OLBIAU, ou D. Jacoba d'Olbeau. Foram pais de:

- II- GUILHERME DE NOVILHER. Francês, natural da cidade de Beauvoir Sur-mer, freguesia de S. Fil Bert (em francês: Saint Philbert de Bouaine?), bispado de Luson (em francês: Luçon). Foi batizado em 1º de abril de 1627 na paróquia de Beauvoir sur mer. Foram seus padrinhos: Guilherme Gervier e D. Francisca Pleumogat. Passou para o Brasil, cerca de 1659, estabelecendo-se como cirurgião na vila de Santos, tendo servido de irmão da Santa Casa da Misericórdia de Santos, e de terceiro da Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Nesta vila casou-se com MARIA PINHEIRO, natural da vila de Santos, filha de Francisco Pinheiro Pais e de sua mulher Isabel de Siqueira, naturais da vila de Santos. Maria Pinheiro já era falecida em 1681. Pais de:

1 (III)- PATRÍCIO DE NOVILHER, que segue.

2 (III)- FRANCISCO DE NOVILHER, batizado em 19 de agosto de 1659 na matriz da vila de Santos. Habilitou-se de *genere et moribus* em 1681.¹²¹ Ignoro se tomou ordens.

- III- PATRÍCIO DE NOVILHER, natural da vila de Santos. Casou-se com MARIA BORGES, natural da cidade de São Paulo, filha de Salvador Lopes, natural do Rio de Janeiro, e de Teresa Dias, natural de São Paulo. Conforme declarações de testemunhas ouvidas em outubro de 1717 na cidade de São

¹²⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 2-27-940.

¹²¹ Seu processo encontra-se junto com o de seu sobrinho homônimo, abaixo mencionado.

Paulo, para a habilitação de *genere* do filho Francisco (que segue), constou que Maria Borges não era filha de Salvador Lopes, o qual era mulato, e sim de Luís de Barros Freire. E que a mãe de Maria Borges era a mulata Teresa Dias, a qual depois de ter a filha Maria Borges casou-se com o citado Salvador Lopes. Pais, entre outros, de:

- IV- PADRE FRANCISCO DE NOVILHER, natural da vila de Santos, tendo sido batizado na sua igreja matriz em 22 de fevereiro de 1694. Habilitou-se de *genere et moribus* em 1717.¹²² Nessa ocasião era assistente na cidade do Rio de Janeiro. Foi julgado aprovado em 23 de setembro de 1718, da cidade do Rio de Janeiro.

PORRATE

- I- JEAN PORRAT, ou João Porrate, natural de Bordéus, França. Casou-se, por volta de 1642, com FRANCISCA PENEDO, natural da Ilha de Tenerife, da cidade de La Laguna, filha de Diogo Penedo e de Margarida Jorge.¹²³ Pais de, ao menos:
- 1 (II)- LUÍS PORRATE DE PENEDO, ou Luís Porrate Penedo.¹²⁴ Foi o segundo marido de SERAFINA DE MORAIS, natural da vila de São Paulo, viúva do Capitão Francisco Barbosa de Aguiar.¹²⁵ Serafina de Morais era filha de Vito Antônio, natural do Reino de Nápoles, da cidade de Castro Novo, e de sua mulher Sebastiana Ribeiro de Morais.¹²⁶ Luís Porrate e Serafina de Morais foram pais, en-

¹²² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-6-101.

¹²³ Esta filiação consta de LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VII: Morais, p. 135.

¹²⁴ Da habilitação de *genere* de seu filho Estanislau de Morais, constou que ele e sua mulher eram “naturais da dita vila de São Paulo”. Considerando outros processos, parece uma forma tabelioa, a de generalizar naturalidades e, portanto, apenas um cochilo do escrivão. Nenhuma testemunha ouvida em São Paulo conheceu aos pais de Luís Porrate Penedo, e nem consta, tampouco, de documentos antigos. Por esses motivos considero que o casal João Porrate- Francisca de Penedo, não transferiu residência para São Paulo.

¹²⁵ Serafina de Morais era irmã de dois religiosos da Companhia de Jesus: Teodósio de Morais e Manuel Pedroso, e de um sacerdote do hábito de São Pedro: o Padre José de Morais.

¹²⁶ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VII: Morais, p. 135. Vito Antônio depois foi morador na vila de Paranaguá.

tre outros, de um religioso da Companhia de Jesus: VITO ANTÔNIO, de um monge de São Bento: FREI JOÃO DA CANDELÁRIA, e de um sacerdote do hábito de São Pedro: ESTANISLAU DE MORAIS. Este último era natural da vila de São Paulo, tendo sido batizado em 24 de junho de 1674 na Sé, habilitado de *genere et moribus* no ano de 1701.¹²⁷

- 2 (II)- PEDRO PORRATE DE PENEDO, natural da Ilha de Tenerife (Canárias). Serviu de testemunha no processo de habilitação ao sacerdócio de Salvador Garcia Pontes.¹²⁸ Ouvido em março de 1714 na cidade de São Paulo, foi qualificado como capitão, morador nesta cidade, natural das Ilhas Canárias, homem casado nesta cidade há 40 anos, pouco mais ou menos, e lavrador nela. Casouse, na vila de São Paulo, com SEBASTIANA BARBOSA DE AGUIAR, natural da vila de São Paulo, filha da mesma Serafina de Moraes, acima citada, e de seu primeiro marido o Capitão Francisco Barbosa de Aguiar, natural da cidade da Bahia.¹²⁹ Francisco Barbosa de Aguiar era irmão de Manuel Carvalho de Aguiar, morador na vila de São Paulo. Pedro Porrate e Sebastiana Barbosa de Aguiar foram pais, entre outros, do PADRE JOSÉ DE MORAIS AGUIAR e do PADRE FRANCISCO BARBOSA DE AGUIAR, natural da vila de São Paulo, batizado na Sé de São Paulo em 27 de maio de 1670, e habilitado de *genere et moribus* em 1702.¹³⁰ Pedro Porrate Penedo e Sebastiana Barbosa foram avós paternos de JOÃO DE MORAIS E AGUIAR, batizado na freguesia de Guarulhos, e habilitado de *genere et moribus* em 1747, o qual era vigário da freguesia de Santo Antônio de Guaratinguetá no ano de 1761.¹³¹

RAMOS

- I- CLÁUDIO DE RAMOS, ou apenas Cláudio Ramos. Segundo testemunhas ouvidas no processo de habilitação de *genere et moribus* de seu bisneto, Gaspar de Freitas Trancoso, era natural do Reino da França. Segundo depoimento das mesmas, era herege, tendo sido batizado na fé católica na vila de Paranaguá, atual Estado do Paraná. Conforme o depoimento da

¹²⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-2-35.

¹²⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 2-75-1045 (ou 1405).

¹²⁹ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. VII: Moraes, p. 135.

¹³⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-2-38.

¹³¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-16-173.

testemunha Maria Afonso da Silva, viúva de João Teixeira Pinto, natural da cidade de São Paulo, moradora que era na Barra do Sul da vila de Paranaguá havia mais de 70 anos, de mais ou menos 85 anos de idade, ...

sabe por ser público e notório nesta dita vila [de Paranaguá] que o dito Cláudio Ramos era natural do Reino de França e que era herege o qual faleceu há cinqüenta e seis anos a esta parte nesta dita vila e sabe por ser fama pública então no tempo de seu falecimento e se dizer geralmente nesta dita vila que o dito Cláudio Ramos se batizara e se reduzira à nossa santa fé católica no tempo que estava para morrer, e o havia batizado o Padre Antônio de Alvarenga a rogo de um filho do dito Cláudio Ramos que também é já falecido, e que tanto que fora batizado o dito Cláudio Ramos logo morrera; como também disse ele testemunha que a sobredita Ana Maciel Bação mulher do dito Cláudio Ramos era voz pública e ouviu dizer ela testemunha a seus pais dela testemunha e aos antigos todos já falecidos que ela dita Ana Maciel era filha de um João Maciel Bação vindo da cidade de São Paulo morar para esta vila, e que o dito João Maciel era filho de uma mulata e neto pela parte paterna de uma negra tapanhuna, e que o dito João Maciel fora casado com uma mulher branca...

Diversas testemunhas fizeram declarações assemelhadas. A conversão do herege Cláudio Ramos, que seria calvino, foi atribuída a dois filhos seus, Rafael de Ramos e Nuno de Ramos, já falecidos. Segundo outras testemunhas, Cláudio Ramos era flamengo. Havia também pública fama na vila de Paranaguá que...

o habilitando [Gaspar de Freitas Trancoso] tem uma pequena parte de mulato porquanto um João de Bação vindo da cidade de São Paulo para esta vila morar ... trouxera duas filhas e de uma destas que casou nesta dita vila com um Cláudio Ramos...

Diversas testemunhas foram ouvidas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos sobre a fama de João Maciel Bação ser mulato. Fez-se inquirição em janeiro de 1754. Embora a família Bação estivesse fora da comarca da cidade de São Paulo havia mais de 100 anos, foi considerada falsa a fama de serem mulatos e a família do investigado foi qualificada como de cristãos-velhos. Três filhos de João Bação eram ali conhecidos: José Bação, Manuel Bação e Domingos Bação. Era o que faltava para Gaspar de Freitas Trancoso obter a aprovação para tomar ordens. Curiosamente, já em 30 de maio de 1746, da vila de Paranaguá, o vigário Antônio Esteves Ribeiro considerava o habilitando apto a seguir o estado eclesiástico, apesar de considerar que tinha parte de mulato.

Consoante depoimentos acima descritos, o francês Cláudio Ramos casou-se, por volta de 1670, na vila de Paranaguá, com ANA MACIEL BAÇÃO ou Ana Maciel de *Alvarenga* (como constou de uma declaração), filha de João Maciel Bação, ou João Maciel Bassão, ou ainda apenas João Bação.¹³² João Maciel Bação casou-se em 20 de janeiro de 1638 na Sé de São Paulo (fls. 13v) com Maria de Assunção. Ele filho de Bento de Barros Bação e de sua mulher Lucrecia Maciel. Ela filha de Simão Lopes e de Joana Fernandes. De um dos livros de batizados da matriz de São Paulo, depara-se com um de uma Ana, batizada em 21 de fevereiro de 1641 (Sé, fls. 3-v), filha de João Maciel Bação e de Maria da Fonseca; foi celebrante o Padre Salvador de Lima do Canto, e padrinhos Domingos da Mota e Isabel Afonso.¹³³

João Maciel Bação consta da relação de bandeirantes que acompanharam Antônio Raposo Tavares pelos anos de 1635.¹³⁴ Serviu de testemunha em 20 de setembro de 1649 na vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, em pousadas do General Eliodoro Ébano, por ocasião do exame e vistoria das minas que se descobriram naquele distrito.¹³⁵ Foi qualificado como capitão, morador nesta vila, de 43 anos de idade, pouco mais ou menos; e que participara ativamente da descoberta de pedras das novas minas.

De Cláudio Ramos e de Ana Maciel nasceram, ao menos:

- 1 (II)- RAFAEL DE RAMOS. Morador na vila de Paranaguá.
- 2 (II)- NUNO DE RAMOS. Morador na vila de Paranaguá.
- 3 (II)- D. CATARINA DE RAMOS, que segue.

- II- D. CATARINA DE RAMOS. Nasceu por volta de 1674-1677 na vila de Paranaguá, tendo sido batizada na igreja matriz velha da vila de Paranaguá. Foram seus padrinhos o Sargento Mor Roque Dias Pereira e sua filha Margarida Pereira. Casou-se na mesma vila, cerca de 1697 com o português GASPAR TEIXEIRA DE AZEVEDO, de quem foi segunda mulher. Ele

¹³² A grafia do apelido lembra origem francesa: *Basson*. Entretanto, desconhece-se a origem de Bento de Barros.

¹³³ Ignoro se se trata de um segundo casamento de João Maciel Bação, ou se Maria de Assunção e Maria da Fonseca seriam a mesma pessoa.

¹³⁴ Vide CASTRO COELHO, H.V., *Genealogia Paulistana - Título Rodrigues Lopes* (primeiras gerações). In *Revista da ASBRAP* nº 5, p. 230. CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Op. cit.*, p. 46. LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. I: Introdução, p. 48.

¹³⁵ CORDEIRO, José Pedro Leite Cordeiro. *Op. cit.*, p. 269.

era natural do lugar do Adro, freguesia de Santa Marinha de Zêzere, bispado do Porto.

Conforme constou da habilitação ao Santo Ofício de seu genro Gaspar Leite César, Gaspar Teixeira de Azevedo era filho de Domingos Camelo e de sua mulher Maria Teixeira, moradores no lugar de Adro, freguesia de Santa Marinha do Zêzare, concelho de Baião, distrito do Porto.¹³⁶ Constou ainda que Gaspar Teixeira de Azevedo era viúvo de Maria da Silva, natural da vila de São Paulo, filha de Domingos da Silva e de Isabel Ribeiro, esta filha de Amador Bueno Ribeiro, aclamado rei de São Paulo no ano de 1641 pelos castelhanos aqui moradores.¹³⁷ Além da filha Catarina da Silva (batizada em 30 de novembro de 1672 na vila de Santos, fls. 30), o casal Gaspar Teixeira- Maria da Silva teve a Domingos Teixeira de Azevedo, familiar do Santo Ofício, batizado em 28 de março de 1679 na vila de Santos (matriz, fls. 45v), onde se casou em 26 de julho de 1712 (fls. 195v) com D. Ana de Siqueira e Mendonça.¹³⁸ Deste último casal nasceu Dom Frei Gaspar da Madre de Deus, monge beneditino e historiador paulista.

Gaspar Teixeira de Azevedo foi capitão mor da Capitania de São Vicente e provedor dos reais quintos do ouro das minas de Paranaguá e Iguape, denominadas mais tarde minas da Ribeira, e pelo bom desempenho de seu cargo mereceu honrosas cartas do rei D. Pedro II. O Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo e sua mulher D. Catarina de Ramos foram moradores na vila de Paranaguá, onde viviam de suas lavouras e foram pais de, ao menos:

- III- MARIA DE ASSUNÇÃO. Nasceu na vila de Paranaguá, tendo sido batizada na sua igreja matriz em 5 de agosto de 1702 (fls. 60). Casou-se com o português ANASTÁCIO DE FREITAS TRANCOSO, natural da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da cidade de Lisboa, filho de José de Freitas Trancoso e de sua mulher D. Dorotéia Luzia Monteiro Cortês, naturais e moradores do lugar do Sobral, freguesia do Divino Espírito Santo, concelho de Alverca, patriarcado de Lisboa. O referido casal, José e D. Dorotéia ali viveu com toda a estimação e nobreza.

¹³⁶ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitação ao Santo Ofício, de Gaspar Leite César e de sua mulher Catarina da Silva. Maço nº 7, diligência nº 152.

¹³⁷ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.* vol. I, p. 426.

¹³⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitação ao Santo Ofício, de D. Ana de Siqueira e Mendonça. Habilitações, Ana, Mç. 1, doc. 14.

Anastácio de Freitas Trancoso e sua mulher Maria de Assunção foram moradores na vila de Paranaguá, onde viviam de suas lavouras. Segundo testemunhas ouvidas no processo de *genere* de seu filho, Anastácio de Freitas falecera cerca de 1745 na vila de Paranaguá, onde fora coronel da Ordenança. Foram pais de, ao menos:

- IV- PADRE GASPAR DE FREITAS TRANCOSO, batizado em 5 de abril de 1722 na vila de Paranaguá. Habilitado *de genere et moribus* no ano de 1751.¹³⁹ Foi julgado cristão-velho. Em 1795 vivia na cidade de São Paulo.

RODRIGUES FRANÇA

- I- CAPITÃO JAQUES FRUTRI, ou Jácome Rodrigues Francês, como era chamado entre os portugueses. Era francês de nação, natural de Marselha. Casou-se com MARIA DE FRANÇA, ou Maria de França, natural da vila de Itanhaém. Pais de, ao menos:

1 (II)- CAPITÃO MOR JOÃO RODRIGUES FRANÇA, que segue.

2 (II)- JOANA RODRIGUES FRANÇA, que segue no § 2º.

- II- CAPITÃO MOR JOÃO RODRIGUES FRANÇA. Sobre ele escreveu, no ano de 1928, o genealogista Francisco Negrão, a quem dedicou um volume inteiro de sua descendência (676 páginas):¹⁴⁰

Teve origem esta importante e distinta família, no Paraná, no Capitão Mor de Paranaguá, João Rodrigues de França, que aí casou com Francisca Pigneiro.¹⁴¹ Foi a sua patente de capitão mor passada em 6 de dezembro de 1707 por D. Fernando de Mascarenhas, a qual foi a 19 de janeiro de 1711 confirmada por El-Rei D. João V. Governou até 1715, data em que faleceu. Era descendente de ilustre família paulista, de abastados bens. Foi morador em Santos, onde era estabelecido. Possuía várias fazendas de criação nos Campos Gerais e nos de Curitiba e São José e as minas de ouro de Araçatuba em São José, de onde retirou muito ouro. Mandou um frasco cheio desse metal a El-Rei D. João V. Por possuir grandes cabedais, procurou educar e instruir seus filhos, dos quais fez ordenar na carreira eclesiástica a seis deles, dos quais um era formado pela Universidade de Coimbra. Francisca Pi-

¹³⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-25-233.

¹⁴⁰ NEGRÃO, Francisco (1871-1937). *Genealogia Paranaense*, Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926 a 1950, 6 volumes.

¹⁴¹ Casaram-se, na realidade, na vila de Santos.

nheiro sobreviveu a seu esposo, do qual foi inventariante; e em 1729 ainda requeria no foro de Curitiba, que se lhe pagasse uma dívida de que era credor o seu marido.

João Rodrigues França casou-se em 10 de fevereiro de 1679 na vila de Santos (fls. 46) com FRANCISCA PINHEIRO, filha do português José Pinheiro Machado, nascido cerca de 1629 na freguesia de Bom Jesus de Bouças, vila de Matosinhos, bispado do Porto e morador na vila de Santos, e de sua primeira mulher (casados em 5 de abril de 1660 na vila de Santos, fls. 31) Maria Pinto, natural da vila de Santos. José Pinheiro Machado era filho de Sebastião Machado e de sua mulher Francisca Pinheiro, ambos naturais do lugar de Matosinhos. Francisca Pinheiro era irmã do Padre José Pinheiro, sacerdote da Companhia de Jesus da Província do Brasil. Pais de, entre outros:

- 1 (III)- JOANA RODRIGUES, batizada em 11 de janeiro de 1688 na vila de Paranaguá (fls. 18). Casou-se em 26 de setembro de 1709 na matriz da vila de Paranaguá (fls. 8) com o CAPITÃO MANUEL GONÇALVES CRUZ, familiar do Santo Ofício.
- 2 (III)- ANTÔNIO PINHEIRO MACHADO, natural da vila de Santos, em cuja igreja matriz foi batizado em 14 de fevereiro de 1684. Habilitou-se de *genere et moribus* no ano de 1705.¹⁴²
- 3 (III)- LUCAS RODRIGUES FRANÇA, natural da vila de Paranaguá, em cuja igreja matriz foi batizado em 25 de outubro de 1692. Habilitou-se de *genere et moribus* no ano de 1713.¹⁴³
- 4 (III)- MARIA DA ASSUNÇÃO, que segue.

III- MARIA DA ASSUNÇÃO, ou Maria de Ascensão, natural da vila de Santos. Casou-se, segunda vez, com o Capitão Mor, depois MESTRE DE CAMPO ANDRÉ GONÇALVES PINHEIRO, natural da freguesia de Santa Lucrecia, termo de Barcelos, Braga, filho de André Gonçalves e de Maria Pinheiro, ambos naturais da mesma freguesia. Ou André Gonçalves Pinheiro era natural da freguesia de Santa Engrácia, Vila do Conde, arcebispado de Braga. Foram pais de, entre outros:

- 1 (IV)- JOSÉ RODRIGUES FRANÇA, nascido e batizado na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, e habilitado de *genere et moribus* em 1748.¹⁴⁴

¹⁴² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-2-45.

¹⁴³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-4-76.

- 2 (IV)- MARIA DO Ó FRANÇA, nascida e batizada na vila de Paranaguá, mulher do português JOSÉ DA COSTA RESENDE, nascido e batizado na freguesia de Santa Cruz, vila da Lagoa, Ilha de São Miguel, filho de Francisco do Couto Pimentel, nascido e batizado na freguesia de Lomba da Maia, Ilha de São Miguel e de Maria de Resende, nascida e batizada na Ilha de Santa Maria; neto paterno de Francisco Vaz e de Isabel de Pimentel; neto materno de João Pacheco e de Catarina de Melo (ou Maria Velho), estes últimos moradores na vila da Lagoa, Ilha de São Miguel. Maria do Ó França e José da Costa Resende foram pais de Joaquim da Costa Resende, habilitado de *genere* em 1763.¹⁴⁵
- 3 (IV)- D. ANA PINHEIRO, natural da vila de Paranaguá. Casou-se com o MESTRE DE CAMPO ANTÔNIO GOMES SETÚBAL, natural da vila de Setúbal, morador que foi no terreirinho do Arrastado da dita vila, patriarcado de Lisboa, filho de Manuel Lucas e de Isabel Gomes, naturais da vila de Setúbal. Passou ao Brasil, tendo sido morador na vila de Paranaguá. Pais de, ao menos: D. MARIA GOMES SETÚBAL, mulher do CAPITÃO ANTÔNIO RODRIGUES DE CARVALHO, natural da freguesia de São Pedro de Nogueira, comarca de Vila Real, arcebispado de Braga, filho de Domingos Rodrigues de Carvalho e de Maria Rodrigues, naturais da freguesia de São Pedro de Nogueira. Estes últimos foram pais de, ao menos: ANTÔNIO RODRIGUES DE CARVALHO, natural da vila de Paranaguá, onde foi batizado, e habilitado de *genere et moribus* no ano de 1790.¹⁴⁶

§ 2º

- II- JOANA RODRIGUES FRANCA, filha de Jácome Rodrigues, do § 1º. Natural da vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Foi a segunda mulher do português JOSÉ PINHEIRO MACHADO, natural da vila de Matosinhos, bispado do Porto, e morador na vila de Santos. Casaram-se em 16 de abril de 1668 na vila de Santos (fls. 36). Pais de, ao menos:
- 1 (III)- ISABEL PINHEIRO, que segue.
- 2 (III)- PADRE JOÃO PINHEIRO, jesuíta, já falecido em 1712.
- 3 (III)- PADRE CRISTÓVÃO PINHEIRO, jesuíta, já falecido em 1712.

¹⁴⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-20-198.

¹⁴⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-45-373.

¹⁴⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-64-508.

- III- ISABEL PINHEIRO, batizada na vila de Santos (fls. 81v) em 14 de março de 1691. Era noiva de MANUEL DIAS DA COSTA, homem de negócio, morador no Rio de Janeiro e natural de São João da Foz, bispado do Porto, Portugal, o qual tirou carta de familiar do Santo Ofício em 4 de março de 1717.¹⁴⁷ Havia nascido em 5 de junho de 1677. Era filho de Simão Dias da Costa, natural da freguesia de São Pedro, Ilha Terceira, onde foi batizado em 28 de outubro de 1627 e de sua mulher Ana Rodrigues, natural de São João da Foz, onde se casaram em 31 de agosto de 1671. Neto paterno de Brás Gonçalves (filho de Sebastião Gonçalves, o *novo* e de sua mulher Joana Lucas), natural da freguesia de São Pedro da Ilha Terceira e de sua mulher (casados em 21 de outubro de 1612 na igreja de São Pedro) Maria Brás (filha do pescador Salvador Fernandes e de Bárbara Dias). Neto materno de João Gonçalves Saramago e de Maria Rodrigues, naturais de São João da Foz. Julgada apta, Isabel Pinheiro e Manuel Dias da Costa casaram-se e foram pais, entre outros de:
- IV- D. ANA DIAS PINHEIRO, natural da vila de Santos, que se casou com o português ANTÔNIO GONÇALVES RIBA, que recebeu carta de familiar do Santo Ofício em 21 de fevereiro de 1751.¹⁴⁸ Do Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1751, o Comissário José de Sousa Ribeiro, certificou que o habilitando era cristão-velho, sabia ler e escrever, teria de seu 15.000 cruzados, que era casado na vila de Santos, onde era morador, e teria de 45 para 50 anos de idade. Foram pais de ANTÔNIO GONÇALVES RIBAS, habilitado de *genere* em 1758.¹⁴⁹ O familiar foi batizado em 4 de março de 1705 (fls. 80) na freguesia de São Miguel de Vila Franca (natural do lugar de Passos), termo da vila de Barcelos, arcebispado de Braga, filho de Domingos Álvares, ou Alves (dos Passos), batizado em 28 de fevereiro de 1672 na mesma freguesia de Vila Franca (fls. 16v), e de sua mulher¹⁵⁰ (casados em 26 de maio de 1700 na mesma freguesia de Vila Franca, fls. 40v) Domingas de Riba, batizada (fls. 2) em 21 de janeiro de 1666 na referida freguesia de Vila Franca.

¹⁴⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitação ao Santo Ofício. Manuel, m. 81, d. 1555.

¹⁴⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Habilitação ao Santo Ofício. Antônio, m. 118, d. 2036.

¹⁴⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-38-319.

¹⁵⁰ Domingos Alves era viúvo de Maria Fernandes. Entre os noivos, Domingos Alves e Domingas de Riba, houve dispensa no 3º e 4º graus por afinidade e no 4º grau de consanguinidade.

Antônio Gonçalves Riba, o familiar, era neto paterno de João Gonçalves, natural do lugar de Ortega, freguesia de São Pedro de Sob Portela, Vila Franca, batizado em 14 de julho de 1638 na referida freguesia de São Pedro, e de sua mulher (casados em 29 de abril de 1669 na freguesia de São Miguel de Vila Franca) Maria Alves, batizada em 12 de outubro de 1631 na freguesia de São Miguel.¹⁵¹ E neto materno de Antônio Esteves, natural do lugar de Laboreira de Vila Franca, batizado na freguesia de Vila Franca (fls. 16v) em 17 de setembro de 1634, e de sua mulher (casados em 9 de julho de 1656 na freguesia de São Miguel de Vila Franca, fls. 105) Maria de Riba, natural do lugar da Conceição da Vila Franca.¹⁵²

ROUX

§ 1º

de Roziers, Angers

- I- PEDRO DE ROUX, mestre cirurgião, nascido cerca de 1660 na freguesia e Paróquia de Roziers, sobre o rio da Loire, bispado de Angers, em Anjou, Reino de França. Casou-se duas vezes. A primeira com PEDRINHA SISAMBERT ou Pedrinha de Lambert. Viúvo, casou-se segunda vez, em 28 de setembro de 1694, na igreja paroquial de São Lambert des, diocese de Angers, com MARGARIDA COCHOU, também natural da freguesia de Roziers, filha do defunto João Cochou, mercador que foi na sua vida, e de Antônia de Bille.

Pedro de Roux faleceu em 5 de fevereiro de 1728 na freguesia de Rosiers, com mais ou menos 68 anos de idade

Certidão de casamento de Pedro Le Roux com Margarida Cochou, extraído dos livros da igreja paroquial de São Lambert dès, dioceses de Angers:

Aos vinte oito dias do mês de Setembro de seiscentos e noventa quatro anos de meio dia nós Cura abaixo assinado demos a bênção matrimonial a Pedro Roux, cirurgião e mestre boticário nos Roziers, viúvo de Pedrinha Lesanbert [na dúvida] e a Margarida Cochou filha do defunto João Cochou, mercador

¹⁵¹ João Gonçalves era viúvo de Domingas Gonçalves, e filho de Pedro Gonçalves (Braga) e de sua mulher Madalena Gonçalves (de Cortegassa). Maria Alves era filha de Pedro Alves (dos Passos) e de sua mulher Domingas Alves.

¹⁵² Antônio Esteves era filho de Gonçalo Esteves e de Maria Ribeiro. Não se localizou o batizado de Maria de Riba.

que foi na sua vida, e de Antônia de Bille, presente, depois de serem acordados os três banhos publicados tanto na Igreja dos Roziers como nesta e se receberam mutuamente por esposos de palavra em nossa presença e dos Senhores Mateus Carré clérigo, Carlos Cochou e Pedro Cochou irmão e tio da esposa, e de Pedro Seville, e de Flore.... Cor...lleau e de seus mais parentes e amigos a esposa e sua mãe declararam não saber firmar e assinaram na minuta Roux cirurgião e boticário, Pedro Seville, P. Cochou, J. C. Carré.

Certidão de sepultura tirada dos registros da Freguesia dos Roziers sobre a ribeira da Loire em Anjou, Reino da França:

Aos cinco dias de fevereiro de mil e setecentos e vinte oito nós Cura desta Igreja abaixo assinado temos enterrado no carneiro deste lugar ou de Pedro Roux mestre cirurgião de idade de sessenta oito anos pouco mais ou menos; defuntado ontem viúvo que ficou de Pedrinha Sisambert [na dúvida] e marido em segundo casamento de Margarida Cochou em presença de João, Pedro, Francisco, Estêvão e Miquela Roux, e Luís Nielle, Cura.

Nós Cura e moradores do dito Roziers certificamos a todos a quem pertencer que o defunto Pedro Roux mestre cirurgião e Margarida Cochou sua mulher foram precedidos de gentes de honra, e bem, e são bons cristãos católicos, apostólicos e romanos, e que sempre fizeram profissão de religião e criado a sua família com honra e a aprovação de todas as gentes de bem, e que nunca houve que dizer sobre eles e suas famílias em fé do que temos assinado a presente certidão para servir e valer onde for necessário. Feita aos Roziers em Anjou aos vinte oito dias do mês de Junho de 1733 anos. Assinado L. Nielle. Cura/ S. Viger, Síndico; Delamote Richard, f. Viger e Brent, L..., tabelião.

De Pedro de Roux e de Margarida Cochou nasceu, talvez entre outros:

- II- LICENCIADO RENÉ LE ROUX. Foi ouvido como testemunha em 1º de setembro de 1724 na vila de Santos, no processo de bigamia contra João Ferreira Matado.¹⁵³ Declarou ser de nação francesa, homem casado e morador na vila de Santos. Era natural da freguesia de Horezier, bispado de Anjou, que tinha a ocupação de cirurgião na praça de Santos, de mais ou menos 27 anos de idade. Sua mulher era parente de D. Leonor de Siqueira (que foi casada com o referido João Ferreira Matado; seu casamento acabou desfeito). D. Leonor era filha do Capitão Paulo Nunes de Siqueira e de D. Helena do Prado.

¹⁵³ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa. Processo n° 9479, de João Ferreira Matado.

Certidão de batismo, tirada dos registros da Freguesia dos Rosiers sobre a ribeira da Loire, em Anjou, Reino da França:

Aos doze dias de outubro de mil seiscentos e noventa seis foi batizado por mim clérigo e vigário desta freguesia abaixo assinado, René nascido o dia de hoje filho de Pedro Roux, mestre cirurgião e de Margarida Cochou, padrinho René Carré homem de negócio, a madrinha Gabriela La Fuye mulher de René ...zer, também homem de negócio, sendo todos desta freguesia; assinados no original, Roux, R. Carré, Catharina Troussard, Gabriela de La Fuye Roux, e J. Le Clerc, clérigo, todos assinados com sua rubrica.

René Le Roux casou-se em 15 de novembro de 1718 na matriz da vila de Santos (fls. 9) com FRANCISCA PINTO DA ROCHA¹⁵⁴, natural da vila de Santos, onde foi batizada em 12 de outubro de 1698 (fls. 106). Ela era filha de Manuel Afonso Gaya e de sua mulher Maria Pinto da Rocha. Do processo de José Rodrigues França constou que não foi localizado na vila de Santos o batizado de Manuel Afonso Gaya, mas informou-se que ele era filho de Domingos Afonso Gaya e de sua mulher Bárbara Pires Pancas. Maria Pinto da Rocha foi batizada na igreja matriz da vila de Santos (fls. 7v) em 28 de maio de 1662, filha de Jorge Toscano Fragoso e de sua mulher Isabel Adorno de Sampaio. Manuel Afonso Gaya e Maria Pinto da Rocha casaram-se em 26 de abril de 1677 na matriz da vila de Santos (fls. 144), sendo vigário o Padre Moreira.

Conforme escreveu Pedro Taques no título Gayas, Manuel Afonso Gaya ...

foi natural da vila de Santos, onde faleceu em 1702; ocupou os cargos honrosos da república, onde foi juiz ordinário em 1646 e outras mais vezes. Foi abastado em bens, tanto móveis como de raiz. Foi senhor do sítio chamado Ribeiro na praia de São Lourenço, que herdou de seus pais, além de muitos chãos e casas próprias na vila de Santos. Casou com Maria Pinto da Rocha, natural da mesma vila, filha de Jorge Toscano Fragoso, natural da Capitania do Espírito Santo, e de sua mulher Isabel Adorno de Sampaio, irmã inteira de Frei Antônio da Luz, religioso franciscano, natural de Santos; neta paterna de Jorge Toscano Fragoso e de Maria Barbosa (irmã do Capitão Domingos Barbosa, da dita capitania) os quais Fragosos eram ali pessoas nobres; neta materna de Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio, natural de Penagoia do termo da cidade de Lamego, que faleceu em Santos com testamento em 19 de Agosto de 1680, e de sua mulher Ana Maria Justiniana Adorno, natural de Santos, como se vê do dito testamento de Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio, o qual

¹⁵⁴ LEME, Luís Gonzaga da Silva. Op. cit, vol. VIII: Gayas, p. 434.

trouxe instrumento de nobilitate probanda processado em Lamego a 10 de Julho de 1629, cujo original conservou em seu poder seu trineto o Reverendíssimo Frei Antônio França, carmelita, morador na vila de Santos no seu convento. Pelo dito Gonçalo Vaz Pinto foi sua filha Isabel Adorno neta de Francisco Pinto e bisneta de Gonçalo Ribeiro, morador na vila de São Martinho de Macros, onde foi daquela governança e tratado com armas e criados à lei da sua nobreza, e trineta de Diogo Pires de Miranda, cavaleiro fidalgo da casa real, como tudo consta do dito instrumento. O dito avô Francisco Pinto foi casado com Paula Pinto de Sampaio, irmã de Frei Luís Pinto, professo da ordem de Cristo, e por ela bisneta de Rui de Sampaio Pinto, homem fidalgo, morador que foi na vila de Mesão Frio, e ali vereador, juiz ordinário e provedor da Santa Casa de Misericórdia, e trineta de Gastão Pinto, homem fidalgo descendente dos Pintos de Baião. Tudo isto consta do mencionado instrumento. Ana Maria Justiniana Adorno, mulher de Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio, foi filha de Francisco Nunes Cubas e de sua mulher Isabel Justiniana Adorno, natural de Santos, por esta neta de Manuel Fernandes e de Maria Adorno, por esta bisneta de Rafael Adorno, irmão de José Adorno, nobres genoveses e dos primeiros povoadores na vila de Santos, o qual José Adorno foi senhor do engenho de açúcar com vocação São João, que em 1567 tinha por seus lavradores partidistas a Antão Nunes, Jácome Lopes, Francisco Anes e Cristóvão Diniz, e também foi o que fundou na vila de Santos a capela de Nossa Senhora da Graça, que por escritura fez dela doação aos reverendos carmelitas da dita vila, com as terras e escravos do patrimônio da dita capela. O padre Vasconcellos diz na Crônica da Companhia de Jesus que foram quatro os irmãos Adornos: José, Rafael, Francisco e Paulo Dias, todos com o apelido Adorno, e que Paulo Dias Adorno, fidalgo genovês, tendo praticado em São Vicente um homicídio, partira para a Bahia, onde se casou com uma filha de Diogo Alves e de Catharina Alves. Nele teve princípio a casa da Torre da Bahia, de onde hoje há grande fidalguia.

Ainda de acordo com Pedro Taques, Bárbara Pires Pancas era filha de Gonçalo Pires Pancas e de sua mulher Maria Gonçalves. Deste último casal são descendentes os irmãos Gusmões de Santos, entre os quais Alexandre de Gusmão, fidalgo da Casa Real.¹⁵⁵

Certidão de casamento realizado na vila e praça de Santos, copiado do livro respectivo de casamentos, fls. 9 e lançado no processo de *genere* de José Rodrigues França:

Aos quinze de novembro de mil setecentos e dezoito anos, nesta Igreja Matriz em minha presença se recebeu na forma do Sagrado Concílio Tridentino

¹⁵⁵ Informação de Pedro Taques de Almeida Pais Leme.

Reinaldo de Roux de nação francês filho de Pedro de Roux e de sua mulher Margarida Couxon, com Francisca Pinto da Rocha natural desta vila filha de Manuel Afonso já defunto e sua mulher Maria Pinto da Rocha todos moradores desta vila, foram testemunhas o Sargento Mor Manuel Gonçalves de Aguiar e Toméea, e Dona Maria Pinheiro, e Maria Gomes.

O Coadjutor Diogo Bueno

Francisca Pinto da Rocha faleceu em 1753 e jaz na capela mor da igreja do Carmo em Santos.

René Le Roux e sua mulher foram pais de:

- 1 (III)- FREI ANTÔNIO DA PENHA DE FRANÇA, carmelita da Província do Rio de Janeiro, falecido em Itu.
- 2 (III)- MARGARIDA PINTO DO NASCIMENTO, faleceu solteira em 1812 em Santos, com testamento.
- 3 (III)- MARIA TERESA DE JESUS FRANÇA. Casou-se com SIMÃO DE SIQUEIRA GAYNO, natural da vila de Santos, onde serviu cargos da governança, como o de vereador e juiz de fora. Era filho do francês Cláudio Gayno e de Isabel de Siqueira, natural da vila de Santos, irmã do frade carmelita Luís Vareio, ambos filhos de Manuel Dias Vareio e de Maria de Oliveira. Com geração.
- 4 (III)- FREI JOSÉ RODRIGUES DO ROSÁRIO FRANÇA, carmelita. Natural da vila de Santos. Habilitou-se de *genere et moribus* no ano de 1752, no Bispado de São Paulo.¹⁵⁶ Nesse processo foram trasladados os assentos de batismo de seu pai e do casamento de seus avós paternos, e demais assentos, acima transcritos.
- 5 (III)- MANUEL RODRIGUES ADORNO FRANÇA. Também constou do processo de seu irmão José Rodrigues França, solicitando provas de fraternidade.
- 6 (III)- FRANCISCA MARIA PINTO DE FRANÇA.
- 7 (III)- PADRE FRANCISCO XAVIER PINTO ADORNO FRANÇA, nascido em 26 de janeiro de 1730, tendo sido batizado em 12 de fevereiro do mesmo ano na matriz da vila de Santos (fls. 33). Foi coadjutor no arraial de Nossa Senhora do Pilar, em Goiás. Habilitou-se juntamente com seu irmão o Padre João Rodrigues França, que segue.

¹⁵⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-20-198, fls. 155-209. Seu processo encontra-se junto ao de um homônimo, natural da vila de Paranaguá (vide família Rodrigues França).

- 8 (III)- PADRE JOÃO RODRIGUES FRANÇA. Nasceu em 8 de junho de 1731, tendo sido batizado em 16 de mesmo mês e ano na vila de Santos (fls. 44). Habilitado de *genere et moribus* no ano de 1752.¹⁵⁷ Nesse processo, João Rodrigues França e seu irmão Francisco Xavier Adorno mostraram ser irmãos de José Rodrigues França, já habilitado no Juízo Eclesiástico do Bispado de São Paulo.
- 9 (III)- ANA MARIA JUSTINIANA ADORNO FRANÇA.
- 10 (II)- LUÍSA LEONOR PINTO DA SILVA.
- 11 (III)- TOMÁS JOSÉ PINTO ADORNO FRANÇA. Foi provedor comissário do registro das minas do Desemboque.
- 12 (III)- GERTRUDES DO SACRAMENTO FRANÇA. Casou-se com o francês JOÃO FRANCISCO RAVIM. Ela faleceu em São João d'El-Rei, Minas Gerais, tendo sido sepultada na capela dos terceiros do Carmo.
- 13 (III)- CATARINA JUSTINIANA ADORNO E FRANÇA, batizada em 1741.

§ 2º

de Havre de Grace

- I- MATIAS LE ROUX foi pai de:
- II- ISAIÉ LE ROUX e sua mulher ANA LYOT foram moradores na cidade de Havre de Grâce (em francês: Le Havre de Grâce), arcebispado de Rouen, província da Normandia, Reino da França. Foram pais, ao menos, de:
- III- JAQUES LE ROUX, nascido cerca de 1699 na cidade de Havre de Grâce, tendo sido batizado na igreja de São Nicolau (em francês: Saint Nicolas). Em Havre de Grâce casou-se, primeira vez, em 9 de abril de 1720, na igreja de São Miguel de Ingouville (em francês: Saint Michel d'Ingouville), arcebispado de Rouen, com MARIA JOANA MUTEL, nascida cerca de 1699 na freguesia de São Miguel da cidade de Havre de Grâce, filha de Estêvão Mutel, já falecido em 1720, e de sua mulher Joana Longuel. Maria Joana Mutel faleceu em 27 de dezembro de 1720, aos 22 anos, tendo sido sepultada no cemitério no dia seguinte.

Certidão do (primeiro) casamento de Jaques Le Roux, conforme registro da cidade de Havre de Grâce, anexa da cura de São Miguel de In-

¹⁵⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 1-28-249.

gouville, arcebispado de Rouen, e trasladado no processo de banhos com Antônia Nunes de Siqueira (adiante citado):

No ano da Graça de mil setecentos e vinte, aos nove de abril Jaques Le Roux, marinheiro, filho de Isaye Le Roux e de Ana Lyot, seu pai e mãe deste lugar e nele morador, de idade de vinte e um anos sido casado por nós Jerônimo Pouget clérigo doutor nas Leis e cura do Havre, com Maria Joana Mutel, filha do defunto Estêvão Mutel, e de Joana Longuel seus pai e mãe, natural de São Miguel do Havre e nela moradora de vinte e um anos, de publicados tanto nesta Igreja sem nenhum impedimento março dois, e sete deste presente mês, que na igreja de S. Ingouville os mesmos dias e ano que acima, e as escrituras na presença e do consentimento de Isaye Le Roux, pai do dito, e de Joana Longuel, mãe da dita, também na presença de Carlos Mutel, de Matias Le Roux, avô do dito, e de Francisco Jean testemunhas abaixo assinados e todos moradores nesta cidade, todos os quais depois de lhes haver dado a entender aos ordenações da Igreja, e os decretos del Rei, nos tem atestado a idade, ofício, domicílio, e liberdade inteira das ditas partes, como também a morte da mãe do dito, e do pai da dita, e não saber escrever, o que tem assinado com nós dito cura. Escrito na Sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Havre de Grâce o dia e ano acima. Assinados Boaventura Carbonier Le Droit e Pouget cura.

Jaques Le Roux casou-se segunda vez, provavelmente em São Paulo, com dispensa matrimonial promovida no ano de 1747, com ANTÔNIA NUNES DE SIQUEIRA.¹⁵⁸ Antônia Nunes nasceu cerca de 1726 e foi batizada (pelo Padre João Gonçalves) na igreja matriz (Sé) da cidade de São Paulo, filha de João Nunes da Fonseca e de sua mulher Ana da Conceição, moradores no sítio do Caguaçu, cidade de São Paulo. Antônia Nunes de Siqueira faleceu em 5 de dezembro de 1747 na cidade de São Paulo, sendo moradora no bairro da Penha (fls. 88v do livro de óbitos).

Casou-se terceira vez, em 1748, em São Paulo, com MARIA RODRIGUES DA CUNHA, com quem promoveu processo de banhos no ano de 1748.¹⁵⁹ Maria nasceu cerca de 1723, tendo sido batizada na capela de Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba pelo Padre Manuel Gomes,

¹⁵⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 4-37-224, fls. 1 a 18v. Nesse processo foi trasladado o primeiro casamento de Jaques Le Roux e o óbito de sua primeira mulher.

¹⁵⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo nº 4-41-248, fls. 28 a 35v.

sacerdote da Companhia de Jesus. Maria Rodrigues era filha de José Rodrigues de Oliveira e de sua mulher Mônica da Cunha Lopes.¹⁶⁰

Jaques Le Roux foi qualificado como homem marinho, em seu primeiro casamento. Não tenho notícias de haver filhos de seus casamentos.

SANTANGER DE BITENCOR

- I- FRANCISCO SANTANGER DE BITENCOR, natural de Paris, França. Casou-se com JOANA FERNANDES, natural de São Paulo. Pais de, talvez entre outros:
- II- JOÃO DE SANTANGER DE BITANCOR. Fez testamento em 8 de novembro de 1712 na cidade de São Paulo.¹⁶¹ Declarou a filiação atrás descrita. Não era casado. Deixou filhos naturais. Sem mais notícias.

Conclusão

Esse estudo mostrou que a presença francesa em São Paulo nos séculos XVI a XVIII é maior do que se poderia imaginar. Não era, entretanto, uma grande colônia. Não chegaram a formar um grupo, ao contrário do que se verificou no Rio de Janeiro, entre 1555 e 1560, com a *França Antártica*, ou no Maranhão, a partir de 1594, até 1615, com a *França Equinocial*.

Mas sempre estiveram presentes na capitania. Basta lembrar que a expedição de Martim Afonso de Sousa, que pode ser considerado o marco inicial de São Paulo e que saiu de Portugal no ano de 1531, encontrou, no caminho, na costa de Pernambuco, uma nau francesa. Estava carregada de pau-brasil e foi rendida pelos portugueses. Sobre a ameaça à integridade das novas terras escreveu o historiador Varnhagen:¹⁶²

A Bretanha e a Normandia consideravam as terras do Brasil tão suas como o próprio Portugal. Até à França levavam índios, e em vez de torneio chegaram a representar em Ruão um combate e festim de nossos selvagens, nos dias 1 e 2 de outubro de 1550.

¹⁶⁰ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.*, vol. V: Cunhas Gagos, p. 108.

¹⁶¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Nº de ordem: CO 501-A.

¹⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. cit.*, Volume I, tomo I, pp. 228-229.

A longínqua Capitania de São Vicente, que até então tinha crescido com a paz em prosperidade, esteve, em conseqüência do trato dos navios franceses, em termos de ver cortadas as suas relações com a mãe-pátria.

Foi dessa Capitania de São Vicente, que tão célebre devia um dia fazer-se nos anais brasilienses, que partiu o brado mais enérgico, pelo qual a corte se inteirou bem ao vivo do perigo em que estava todo o Brasil. Levantou esse brado Luís de Góis, irmão do donatário da Capitania de Campos, e ao depois jesuíta, a quem a Europa deveu a primeira planta de tabaco que recebeu da América. Góis, em uma carta datada de Santos, depois de um preâmbulo de submissão e humildade, levanta assim a voz: “Se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre estas capitânias e costa do Brasil, ... ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra”. Como se não estivesse bem seguro do apreço que a corte daria à perda do Brasil, por muito embriagada com o Oriente, acrescenta: “e que nisto perca pouco aventura a perder muito... queira Deus não se vão (os franceses) a dobrar o Cabo da Boa Esperança”.

A reação de Portugal a essa situação foi a divisão do Brasil em capitânias hereditárias. Com essa resolução deu-se princípio efetivo ao povoamento do solo brasileiro. Curiosamente, aos franceses também devemos a vinda da família real portuguesa ao Brasil, graças ao expansionismo napoleônico.

Com a queda de Napoleão e conseqüente reatamento das relações entre Portugal e França, recebemos a Missão Francesa, com Taunay, Grandjean de Montigny e Debret, entre outros. Os franceses influenciaram nossos poetas românticos e, embora tenham fomentado a república no Brasil, acolheram generosamente D. Pedro II, quando este perdeu o trono. É interessante ler a opinião de duas autoras sobre a presença francesa em São Paulo no século XIX:¹⁶³

Na São Paulo oitocentista, a influência [francesa] era patente. Não só no que concerne ao âmbito das letras, mas na maneira de vestir-se, comportar-se, pentear-se, falar, divertir-se e, até mesmo, comer. No paulatino cosmopolitismo em que a cidade se inferia, as lojas estavam repletas de produtos importados da França. Vestidos, roupas feitas, calçados, bibelôs, perfumarias, tranças para cabelos, tecidos, entre outros componentes que acabavam por adquirir uma aura de luxo e requinte, verdadeiros diferenciadores do status social porque vinham da França.

¹⁶³ BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein e SAMARA, Eni de Mesquita. *Do outro lado do Atlântico: imigrantes franceses na São Paulo do século XIX. In **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**/ Laurent Vidal e Tania Regina de Luca (orgs.). São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 214.*

Considerando apenas povoadores europeus e, excetuando os portugueses, que não eram estrangeiros no Brasil, pode-se afirmar que depois do espanhol, o francês, talvez ombreado aos flamengos, foi quem mais contribuiu para a formação do povo paulista entre os séculos XVI e XVIII.

Contrariamente à tese que havia formulado na introdução deste artigo, de que os franceses não fariam parte da elite colonial, os franceses que para cá vieram foram todos muito bem aceitos pela sociedade local, não se verificando, em tempo algum, qualquer animosidade contra eles. Ocuparam postos de destaque, tanto na política como na economia, e seus descendentes gozaram das mesmas isenções que os portugueses do Brasil .